

**COMISSÃO DA VERDADE**

**PRESIDENTE**

**DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT**

**26/02/2013**

**COMISSÃO DA VERDADE  
BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**

**26/02/2013 (parte 1)**

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Bom dia, a todos.

Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva.

Audiência sobre o caso do desaparecido político Paulo Stuart Wright, 26 de fevereiro de 2013.

Instalação. Está instalada a 12ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 26 de fevereiro de 2013, na Assembleia Legislativa, no Auditório Teotônio Vilela, para oitiva de depoimento sobre Paulo Stuart Wright, desaparecido em setembro de 1973.

É necessário esclarecer que, a Comissão da Verdade de São Paulo, pretende realizar todas as audiências públicas abertas ao público. Não existe Comissão da Verdade sem transparência e publicidade. A Comissão da Verdade pertence ao povo brasileiro.

Formação da Mesa. Primeiro vai fazer o Memorial.

Memorial. Antes, eu queria convidar, mesmo antes de formar a Mesa, eu queria comunicar e convidar o deputado estadual de Santa Catarina, Ismael dos Santos. Ismael, por favor, se aproxime e venha compor conosco. (Palmas.) Aqui, ao lado da Amelinha, porque ainda vai ser lido, no telão, o memorial do Paulo Wright para, depois, nós convidarmos todos...

Quem faz a leitura do memorial do Paulo Wright é Tatiana Merlino. Companheira Tatiana Merlino.

**A SRA. TATIANA MERLINO** – Paulo Stuart Wright. Desaparecido em 1º de setembro de 1973.

Dados pessoais. Data de nascimento: 2 de julho de 1933.

Local de nascimento: Joaçaba, Santa Catarina, Brasil. Organização Política: Ação Popular Marxista-Leninista – APMML.

Dados biográficos: Era casado com Edimar Rickli, com quem teve dois filhos – Leila Cristina e João Paulo. Seus pais eram missionários norte-americanos que vieram

morar no Brasil. Formou-se em Sociologia e fez pós-graduação em Los Angeles, Estados Unidos.

Em 1960, tornou-se secretário regional da União Cristã dos Estudantes do Brasil e dirigiu a Imprensa Oficial de Santa Catarina.

Em 1962, foi eleito deputado estadual, em Santa Catarina, pelo PSP.

Após o Golpe de Estado, de 1964, foi cassado, sob a alegação de quebra de decoro parlamentar, por não usar paletó e gravata.

Exilou-se no México e retornou, em 1965, passando a viver na clandestinidade e atuar na AP.

Segundo documentos dos órgãos de segurança, conforme o livro “Direito à Memória e à Verdade”, Paulo foi o representante da AP na reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade – OLAS, realizada em Havana, Cuba, em 31 de julho a 10 de agosto de 1967.

Foi submetido a vários processos na Justiça Militar. Em 08 de março de 1972, Paulo foi julgado pela 1ª Auditoria da 1ª CJM, sendo absolvido. De acordo com o Jornal do Brasil, de 09 de março de 1972, estava no processo relacionado à AP, no qual 13, dos 64 acusados, foram condenados à prisão. Em 14 de março de 1974, quando já estava desaparecido, Paulo foi condenado a cinco anos de prisão, pelo Conselho Permanente da 1ª Auditoria da CJM. Em 1993, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina devolveu-lhe o mandato, em uma homenagem “post mortem”.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento: No início de setembro de 1973, foi sequestrado pelo II Exército, e levado ao DOI-CODI de São Paulo, onde foi morto sob torturas. Sua morte não foi reconhecida, e permanece desaparecido, desde então.

A sobrinha de Paulo, Delora Jan Wright, relata em seu livro “O Coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba”, que, segundo informações de Osvaldo Rocha, dentista, militante político da APML, na ocasião do desaparecimento de Paulo, ambos estavam juntos num trem que ia de São Paulo a Mauá, na Grande São Paulo. Nessa ocasião, ao terem percebido pessoas ligadas à Repressão política, Osvaldo desceu do trem em primeiro lugar, e Paulo teria descido em outro ponto.

Ao chegar à sua residência, localizada em São Paulo, Osvaldo veio a ser preso por policiais, sendo, em seguida, conduzido às dependências do DOI-CODI (OBAN), onde foi despido e agredido violentamente; e, nessa oportunidade, viu no chão a mesma blusa que Paulo usava no trem que os conduzia a Mauá.

Testemunhas. O advogado José Carlos Dias, então membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, apresentou ao STM declarações de uma testemunha, Maria Diva de Faria, que esteve com Paulo na sala de identificação do DOI-CODI de São Paulo. Mas, as autoridades negaram a sua prisão.

Processos na Justiça. A denúncia de seu desaparecimento provocou a instauração do caso 1.789, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da OEA. A comunicação do caso chegou, na CIDH, em 30 de outubro de 1973, acusando a ocorrência de sua prisão arbitrária, em setembro daquele ano. Em maio de 1975, durante a 35ª Sessão da CIDH, decidiu-se pela não continuidade do processo, em razão da falta de informações, que deveriam ter sido fornecidas pelo Governo Brasileiro.

Ainda em 1973, sua morte foi denunciada por meio da Apelação 40617, perante a Justiça Militar, pelos presos políticos Beatriz do Valle Bargieri e Otto José Mattos Filgueiras. O nome de Paulo consta da lista de desaparecidos políticos, do Anexo I da Lei 9140/1995. Seu caso foi protocolado com o número 076/96, na CMDP.

Imprensa. Em 29 de junho de 1974, foi publicada uma nota oficial do MDB, no jornal “Diário de Brasília”, indagando do Governo o destino de 11 presos políticos desaparecidos, entre os quais, Paulo.

Seu nome figurou na nota do ministro da justiça, Armando Falcão, de fevereiro de 1975, em que é dado como foragido.

A revista “Isto É”, de 24 de março de 2004, na matéria intitulada “Os Matadores”, publicou o seguinte a seu respeito.

“Comandando uma rede de informantes do CIE, Dr. César, coronel reformado José Brant; e Dr. Paulo, coronel Paulo Malhães; segundo o ex-sargento do DOI-CODI de São Paulo, Marival Chaves do Canto, também foram responsáveis pelo planejamento e execução de uma megaoperação em inúmeros pontos do País, para liquidar, a partir de 1973, os militantes das várias tendências da Ação Popular, movimento de Esquerda ligado à Igreja Católica.

Segundo o ex-agente, entre os mortos estão Fernando Santa Cruz Oliveira, Paulo Stuart Wright, Eduardo Collier Filho e Honestino Monteiro Guimarães, militantes da Ação Popular Marxista-Leninista.

Irmão do reverendo Jaime Wright, Paulo Wright foi preso e morto em São Paulo, em 1973. Os demais militantes, também tombaram, naquele ano e em 1974, no Rio. Informações tiradas do “Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)”, Instituto de Estudos sobre Violência do Estado, Imprensa Oficial.

**A SRA. AMELINHA TELES** – O deputado teve que se ausentar por algum tempo; ele tem que atender a uma emergência, e nós vamos dar continuidade a esta audiência, que é a 12ª Audiência.

Nós queríamos compor a Mesa, com as testemunhas que vão falar sobre o caso do Paulo Wright. Queria chamar à Mesa Derlei Catarina de Luca, ex-presa política, militante da AP, na época, e é do Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos. (Palmas.)

O deputado Ismael já está aqui conosco.

Vamos chamar a próxima representante, que também vai dar seu testemunho, Elzira Vilela, ex-presa política, e militante da Ação Popular. (Palmas.)

João Paulo Wright, filho do Paulo Stuart Wright. (Palmas.)

José Roberto Paludo, Instituto Paulo Wright. (Palmas.)

E, Marcelo Pomar, do Coletivo pela Memória, Verdade e Justiça de Santa Catarina. (Palmas.)

Nós agradecemos, já de antemão, toda a presença de Santa Catarina, aqui nesta Mesa; porque, hoje, também, na audiência, é um momento de homenagear a memória e a pessoa do Paulo Stuart Wright.

Passo a palavra, de imediato, para o deputado Ismael dos Santos.

Com a palavra, deputado.

**O SR. ISMAEL DOS SANTOS – PSD** – Bom dia, a todos e a todas.

Na pessoa do deputado Adriano, obrigado pela acolhida nessa Casa Legislativa.

Cumprimentar, em nome da Derlei de Luca, toda a comitiva catarinense, é uma satisfação podermos estar juntos nesta Mesa, aqui em São Paulo. E, em nome do João Paulo - a quem tive a honra de conhecer nesta manhã; já tinha algumas imagens, leituras; mas é uma satisfação conhecê-lo pessoalmente - a todos aqueles que lutaram pela democracia neste país.

Eu me envolvi na história do Paulo Stuart Wright, ainda muito novo. Meu pai, assim como o pai do Paulo, era pastor evangélico, e em cidades próximas. Paulo nasceu na cidade de Joaçaba, no meio-oeste catarinense, e papai era pastor na cidade de Chapecó, no extremo-oeste catarinense.

Na verdade, quando soube da história do desaparecimento do Paulo, eu tinha 7 anos de idade, e lá se vão 40 anos. É por isso que essa data é importante, de 2013,

porque marca exatamente 40 anos do desaparecimento do deputado Paulo Stuart Wright.

Eu me interessei muito pela história do Paulo, assim que fui me envolvendo, na adolescência, com histórias dos nossos deputados catarinenses. Muito comovido, inclusive, pela forma como ele vivenciou os primeiros momentos da sua infância: perdeu dois irmãos no Rio do Peixe, lá em Joaçaba; não conseguiu se matricular na escola, porque era evangélico; papai teve que fundar uma escola específica.

Depois, teve a questão, que aí acaba, também, tendo certos pontos de ligação com a minha própria biografia; ele foi candidato a vereador, e não chegou; eu também não cheguei; ele foi candidato a prefeito, eu também; não cheguei, mas ele perdeu por oito ou 11 votos, se não estou equivocado, na época; em Joaçaba. E; finalmente, foi convidado para comandar a Imprensa Oficial, na Capital, em Florianópolis, e aí começou o seu envolvimento de forma bastante intensa com os movimentos populares, em especial com os nossos pescadores.

Os registros históricos, dizem que ele conseguiu reunir mais de 25 mil pescadores na época; em 27 sindicatos, e formando a primeira ação de pescadores do estado de Santa Catarina.

E, naturalmente, isso mexeu com os poderosos. Imagine, há 40 anos - um pouco mais - essa figura, que surge do interior do estado de Santa Catarina, e começa a ter essa relevância no cenário político catarinense.

E aí, eu dava um depoimento há pouco à TV, e a própria leitura do memorial trazia essa informação: como cassar Paulo Stuart Wright, deputado balizado pela retidão, pelo compromisso social? É preciso encontrar uma brecha; e a brecha, foi o tal do decoro parlamentar.

Acho que, inusitado na história de Santa Catarina e, quiçá, da América Latina, um deputado ser cassado porque não usava a indumentária protocolar, em especial, a gravata; ia para a tribuna, fazer os seus discursos, sem gravata. E daí, iniciou o processo de cassação de Paulo Stuart Wright; e, naturalmente, isso foi em 1964, ficando desprotegido de toda uma couraça. E eu conversava, há pouco, com o João Paulo, os caminhos que a história passou a tomar, a partir desse ato.

Eu lembro de uma história; já estou concluindo.

Gustave Doré, famoso desenhista francês, certo dia foi fazer uma exposição na Suécia e, quando retornava, passando pela alfândega, ele percebeu que havia perdido seu passaporte, extraviado, ou alguém roubara, enfim; e ele, chegando à alfândega, se

apresentou e disse: “Olha, eu sou Gustave Doré, fui fazer uma exposição numa galeria na Suécia, estou retornando para a França, não sei se roubaram ou eu perdi meus documentos, enfim, estou sem o meu passaporte”. E o agente daquela alfândega olhou para Gustave Doré e disse: “Eu não lhe conheço, e você tem que provar que você é Gustave Doré”.

E o Gustave Doré teve uma ideia. Ele disse: “Dê-me uma folha”. E aquele agente da alfândega lhe deu uma folha em banco, e ele tomou um lápis, olhou pela janela, viu do outro lado algumas senhoras compravam frutas numa verdureira, e ele começou a desenhar aquele cenário, rabiscar rapidamente, e depois de alguns minutos, Gustave Doré assinou aquela pequena obra de arte e entregou ao agente da alfândega. E aquele homem, ao olhar, estupefato, aquele desenho, disse: “De fato; o senhor pode passar; este é o seu passaporte”.

Quando lembro dessa história, e nesta Comissão da Verdade, aqui em São Paulo, eu acho que, quando olhamos para o futuro, para as próximas gerações, se de fato queremos uma geração e um país democrático, forte, o passaporte que vai nos levar para lá só precisa ter um carimbo, e esse carimbo precisa ser a verdade. E é em nome dessa verdade que nós estamos aqui nesta manhã.

Muito obrigado. (Palmas.)

**A SRA. AMELINHA TELES** – Agradeço, em nome da Comissão da Verdade, o depoimento do deputado.

**O SR. ISMAEL DOS SANTOS – PSD** – Se me permite, só um segundinho. A Derlei preparou com muito carinho um material, com reportagens da época, um dossiê extremamente emocionante, que quero, de forma oficial, entregar à Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo.

**A SRA. AMELINHA TELES** – Nós agradecemos o dossiê; agradecemos sua participação.

Queria anunciar, antes de passar a palavra à próxima pessoa, que é a Derlei, justamente a Derlei, que vai dar o depoimento agora. Eu queria anunciar a presença de Delora Wright, filha do Reverendo Jaime Wright, que muito nos ajudaram, tanto a filha quanto o pai; muito tem, muito contribuíram para essa história da busca da verdade e da

justiça, neste país. E a sua presença, aqui nesta Comissão, nos honra muito. Muito obrigada pela sua presença. (Palmas.)

Agora, com a palavra, Derlei Catarina de Luca, ex-presa política, também da Ação Popular.

**A SRA. DERLEI CATARINA DE LUCA – Bom dia a todos.**

Cumprimentar Amelinha, que a gente conhece há 40 anos; que nós estamos nessa luta. Quero dar um abraço bem grande a todos os meus companheiros da época da clandestinidade, que vi uma porção de gente aqui, hoje. Quero cumprimentar essa mocidade, esses jovens, essas carinhas novas, de quando da nossa juventude. Agradecer a presença do deputado Ismael, que foi uma surpresa muito boa em Santa Catarina. E falar o seguinte.

Eu, nós trabalhamos em conjunto no Brasil e lá em Santa Catarina, muito com relação à memória. Conheci o Paulo, quando eu ainda era criança, e a minha maior preocupação, além da questão de manter a memória do Paulo, de fazer justiça, de descobrir o que aconteceu nos últimos dias, e como foi a prisão e o desaparecimento dele; mas a minha grande preocupação é com os filhos - porque os filhos dos nossos companheiros não tiveram a vivência com os pais. Na verdade, eles sofrem uma ausência; eles não tiveram os pais; eles não têm a lembrança do pai, como nós temos.

Então, é importante que a Elza Padilha, a Carmô, o Carlão, a Elzira, que conviveram com o Paulo, falem, abracem e conversem com João Paulo. O João Paulo não tem as nossas lembranças, e isso me deixa muito triste. É o que mais me move nessa questão, é a ausência de lembranças, por parte das crianças, cujos pais morreram. Que não é o caso do Alexandre, que teve o seu pai. Não é o caso do meu filho, que eu sobrevivi, eu não morri. Mas os pais daquelas crianças, que desapareceram; nada consegue suprir a ausência desses pais na infância. Então, esse tipo de atividade é extremamente importante para essas crianças, que hoje são homens de 40 anos.

Nós tivemos, na semana passada, a morte do filho do Dermi Azevedo; um companheiro nosso que foi preso; o filho tinha um ano e meio, foi preso junto com os pais; o menino nunca se recuperou da época da prisão - ele era bebê, quando foi preso - e se suicidou na semana passada.

O Azevedo tinha a idade do João Paulo, a idade do meu filho, a idade da filha da Amelinha; quer dizer, podia acontecer com qualquer um dos nossos filhos.

Então, por isso que eu acho extremamente importante, esses atos.



Com relação ao Paulo, especificamente, eu o conheci ainda menina, na época da Campanha da Legalidade, em 1961. O sul de Santa Catarina participou da Campanha da Legalidade junto com o III Exército, liderados pelo Leonel Brizola, contra São Paulo e contra o II Exército, de São Paulo.

Eu me lembro do Paulo nos comícios; e nós éramos de um colégio de freiras e fugiu todo mundo, porque a gente queria ver o comício do Fernando Ferrari, Paulo Wright e vários outros deputados, que estavam em Santa Catarina, naquela questão da legalidade.

Depois, encontrei - eu não era militante de AP, nessa época, era novinha - depois encontrei Paulo Wright, no Natal de 1968, no Paraná. Era manhã de Natal; eu já estava na clandestinidade; ele bateu de madrugada, eram cinco e meia da manhã, bateu na porta de uma casa; justamente na casa onde eu estava hospedada; eu estava na clandestinidade já, e ele se assustou quando me viu, não sabia qual das quatro irmãs que eu era, e eu me assustei quando o vi, porque eu não esperava que ele fosse bater naquela casa.

E ele foi bater na casa, exatamente para pedir para o dono da casa, que era o Sr. Lima, para que fosse na casa do João Paulo e da esposa, para marcar um local, porque ele queria ver os filhos no Natal. As crianças eram pequenas, e ele queria ver, só que ele não podia ir até a casa da esposa. Ele queria ver o João Paulo e a Leila.

Aí, o Sr. Lima saiu, marcaram um encontro, e eu fiquei muito assustada, porque eu sabia que ele era dirigente da AP, mas não tinha a menor ideia de que pudesse, um dia, chegar a ficar perto do Paulo Wright, que para nós era um semideus. Na época da clandestinidade, a gente tinha muito disso - os dirigentes eram sagrados.

Com relação específica ao ano de 1973, eu convivi com o Paulo Wright, apenas até julho de 1973. Foi ele que exigiu que eu saísse do país; eu estava já muito mal, e ele disse que não tinha condições de eu ficar no Brasil. Foi ele, então, que preparou a minha saída do país.

Soube do desaparecimento dele, já quando eu estava no Panamá, e a partir dessa data, é que a gente tenta juntar os fios da meada, para saber como foi esse desaparecimento.

Estou terminando, e quero só falar mais duas questões; rapidinhas. A Assembleia Legislativa de Santa Catarina, oficialmente, por pressão do Cenimar, cassou Paulo Wright. Nós tentamos, durante esses 40 anos, o tal do dossiê que o Cenimar teria feito.

Na verdade, o que nós encontramos na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, não foi um documento do Cenimar; foi um documento, assinado pelos mineradores do carvão, de Criciúma, solicitando a cassação do Paulo Wright. O único documento que existe, solicitando a cassação do Paulo Wright, é dos donos das minas de carvão da região carbonífera de Criciúma. O tal do dossiê do Cenimar, nunca ninguém viu, nunca apareceu.

Nós já tivemos, na Assembleia de Santa Catarina, a Presidência de pessoas interessadas em procurar esse tal de dossiê; diziam que estava no cofre da Presidência; nunca, nenhum presidente, achou esse tal de dossiê, a não ser esse documento dos mineradores. Em 1985, a Assembleia fez uma resolução, anulando a cassação do Paulo Wright.

Uma outra questão que nós tivemos em Santa Catarina, foi na Igreja Presbiteriana. A Igreja Presbiteriana, em 1964, excluiu o Paulo Stuart Wright do rol dos fiéis. Dentro da Igreja Presbiteriana, isso equivale à excomunhão na Igreja Católica. Era uma grande dor do Paulo, ele tinha muito pesar por conta disso; ele sabia disso, tinha muito pesar, a gente falava muito sobre isso; eu era católica, continuei católica, continuo católica.

Uma vez, nós conversamos com o pastor Jaime, pai da Delora, e ele disse o seguinte: “Depois que eu morrer, vocês podem mexer na minha igreja”. Assim que Dom Jaime faleceu, nós procuramos a Igreja Presbiteriana e ela ficou meio receosa, não conhecia a gente; então nós fomos ao bispo católico, explicamos a situação; o bispo católico conhecia a gente desde a época da clandestinidade, sabia quem nós éramos; e o bispo católico tratou, com os pastores da Igreja Presbiteriana, essa questão.

A Presbiteriana fez um documento maravilhoso, voltando a incluir o Paulo Stuart Wright no rol dos fiéis. Para quem acredita em alma, isso é importante. Para quem não acredita em alma, a história é importante, a memória é importante, e isso é muito importante.

Então, de todas as maneiras, era importante essas duas retratações: tanto da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, como da Igreja Presbiteriana.

Eu trouxe os dois documentos para entregar para esta Comissão, e está aqui.

E agradecer, à Comissão da Verdade de São Paulo, esta audiência. E, quem sabe, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, se anima a fazer uma Comissão da Verdade lá. Nós temos 10 catarinenses desaparecidos.

Muito obrigada a todos. (Palmas.)

**A SRA. AMELINHA TELES** – Nós agradecemos o depoimento da Derlei. E, você vai entregar essa documentação?

**A SRA. DERLEI CATARINA DE LUCA** – Aqui estão os documentos. Não são os mesmos documentos do deputado. Aqui tem o documento da Igreja Presbiteriana, e, aqui, tem uma tese de mestrado sobre Paulo Wright.

**A SRA. AMELINHA TELES** – É uma documentação muito boa, que foi entregue aqui, tanto pelo deputado, como pela Derlei. É conhecer muito da história do Paulo Wright. Isso tem bastante informação, é extremamente importante.

Queria só lembrar que, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, tem como uma das atividades principais, as audiências para ouvir a respeito dos desaparecidos e mortos no estado de São Paulo, que nasceram no estado de São Paulo, ou que tiveram uma atividade política intensa, aqui em São Paulo.

Em função disso, nós organizamos um cronograma de audiências, com 154 casos; e hoje nós estamos realizando a 12ª Audiência, onde vão ser ouvidos os casos do Paulo Wright, do Honestino Guimarães, que tem pessoas de Brasília e de São Paulo, e em seguida vai ter essa audiência, e do José Maria Ferreira Araújo, que também tem família aqui.

Quando você fala das crianças, Derlei, que isso nos atinge muito diretamente, porque nós tivemos nossos filhos sequestrados, nesse momento do nosso sequestro, também nossos filhos foram sequestrados, e as sequelas disso, as marcas desses atos, elas permanecem, não só para os nossos filhos, como para nós todos, a nossa geração de militantes.

Mas, eu queria lembrar da Naia; eu falo Naia, tá Naia, porque eu acho difícil falar seu nome certo; eu não consigo; mas quero lembrar da Naia, porque a Naia tem a mãe assassinada e o pai assassinado; e hoje vai ser ouvido o caso do pai, José Maria Ferreira Araújo. A mãe, Soledad Barret Viedma, que também foi assassinada.

Então, quando falamos dos nossos filhos, tem nossos filhos aqui presentes; e, a Comissão da Verdade, aqui em São Paulo, decidiu também ter audiências só sobre os casos das crianças; e nós temos um ali também, o João Paulo, que também era criança, uma criança que foi vítima da ditadura. E nós vamos fazer, talvez não seja uma

audiência, talvez seja uma semana de audiências, para ouvir as crianças e as famílias, principalmente as mães; as mães foram, também, vítimas, junto com essas crianças.

Queria lembrar, também, que o Anivaldo Padilha e a Elza Lobo estão aqui presentes. Aqui tem muita gente importante; aliás, todas as pessoas, aqui, são importantes. Eu mencionei, com destaque, a Delora, porque o Jaime Wright está presente, aqui nessa reunião. Presente, sempre, porque ninguém pode esquecer do trabalho, junto com Dom Paulo Evaristo Arns; aquele trabalho que foi feito, naqueles anos difíceis, ainda que não trouxe todas as respostas que nós precisamos, mas que foi um trabalho inédito, que até hoje é necessário, que é o “Brasil: Nunca Mais”. Então, isso vai estar sempre presente nessa luta. O “Brasil: Nunca Mais” a gente traz aqui, não só na memória, como nas informações, obtidas por esse trabalho de pesquisa.

Então, eu queria só lembrar que o Anivaldo e a Elza Lobo, se quiserem dar depoimento, também, sobre o caso do Paulo Wright, estamos à disposição, aqui, nós estamos ouvindo; porque vocês também tiveram uma relação mais direta com o caso, e o Padilha, inclusive, foi da Ação Popular, que era a mesma Organização do Paulo Wright. E o Carlão e a Carmosita, também, são dois companheiros que também foram da Ação Popular, que também tiveram informações sobre o caso. Se quiserem, também, depor, fiquem à vontade.

Queria lembrar, que a informação que a gente tem, é que o Paulo Wright desapareceu aqui em São Paulo; então, por isso, Paulo Wright está aqui. Santa Catarina respondeu muito bem a esta audiência, porque Santa Catarina veio em peso para a nossa audiência. Muito obrigada, mais uma vez, a todas as pessoas.

Você quer falar alguma coisa, agora? Se você; quem quiser falar, tem de dar o nome e falar ao microfone, porque esta audiência é toda gravada. É toda gravada. Então, precisa usar o microfone.

(Manifestação fora do microfone. 36:39)

**A SRA. AMELINHA TELES** – Deixa a Mesa falar, depois você fala, você comenta. É até melhor, assim, acho que fica mais organizado.

A SRA. – Só pra registrar, que o Zé Pedro também conheceu...

**A SRA. AMELINHA TELES** – O Zé Pedro também conheceu, é militante da Ação Popular. Muito bom que você esteja aqui. O Zé Pedro também conheceu o Paulo Wright, Zé Pedro? Depois, se você quiser colocar, também, você vem aqui e dá seu depoimento.

Vamos continuar com a Mesa, e depois a gente abre. Elzira Vilela, que também foi militante, foi presa, que também teve sua filha sequestrada, a Carminha. É bom que a gente lembre, aqui. Também tem um caso de criança, aqui na Mesa; no caso, além do meu caso e do caso da Derlei, tem da Elzira também.

Com a palavra, a Elzira.

**A SRA. ELZIRA VILELA** – Eu me sinto melhor ficando de pé.

Eu gostaria de falar, um pouquinho, de lembrar, como é que eu conheci Paulo Wright, e o que ele significou para nós, para mim, pessoalmente, para a minha família, e para nós, de Ação Popular; antes de falar da prisão.

Em 1969, eu estava, tinha me disponibilizado, já tinha me formado, feito residência; tinha disponibilizado a ser médica de um agrupamento, não seria um foco guerrilheiro, mas um lugar de grande conflito agrário, liderado pelo Manoel da Conceição, lá no Maranhão.

Nessa época, o Manoel ficou lá em casa durante alguns meses, para se recuperar da perda da perna, que aconteceu devido a um tiroteio; e, daí, eu me encantei e resolvi que iria ser médica, lá daquele pessoal, que estava em conflito, já em conflito armado, com os grileiros. Era um grupo de posseiros.

E, nesse preparo para a ida para o Maranhão, além de me preparar tecnicamente, e fazer uma revisão de ortopedia, traumatologia, várias coisas da profissão. O principal preparo foi feito pelo Paulo Stuart Wright, que ele teve, me colocou, como é que eu deveria me apresentar. Como é que uma médica sai de São Paulo, e vai para o interior do Maranhão, levar uma vida legal, lá, e atender os companheiros; e ter um papel de apoio.

Eu era militante da AP desde 1962, desde que ela começou; no movimento estudantil, etc e tal; mas eu não conhecia, pessoalmente, o Paulo Wright.

Então, foi ele que sugeriu que eu montasse um esquema – legal- da minha presença no Maranhão; e, brilhantemente, ele sugeriu que eu montasse uma pesquisa de plantas medicinais, no Maranhão.

Eu entrei em contato com o professor Charles Corbett, da Faculdade de Medicina da USP; disse da minha intenção de ir para o interior do Maranhão, para a região do Vale do Pindaré Mirim, e combinei com ele um esquema de pesquisa de algumas plantas; aliás, era uma área que, realmente, sempre me interessou; e, eu faria as observações químicas, e mandaria para ele as plantas, para que ele, no Departamento de Farmacologia, pesquisasse.

Então, foi um esquema maravilhoso, perfeito, que justificaria, legalizaria a minha presença no interior do Maranhão.

E ele, falando um pouco do Paulo; o seu pai, João Paulo, era de uma ternura, de uma bondade, era uma pessoa muito diferenciada. Foi o companheiro que mais marcou, do ponto de vista pessoal, mais íntimo, todos nós. Ele se interessava por qualquer problema que você tivesse. “Companheiro, por que você está triste hoje?” “Aconteceu, sei lá, alguma coisa, uma doença, com a minha filha”. “Puxa, o que é que houve, como é que é, como é que não é?” Ele era uma pessoa muito completa, muito ampla, que tinha uma humanidade maravilhosa.

Então, a pessoa que era o Paulo Wright, independente de ser um grande político, foi uma grande liderança na Ação Popular, ele era da Direção Nacional, e ele foi, depois, da reorganização da Ação Popular Marxista-Leninista, depois da cisão da Ação Popular; uma parte foi para o PCdoB; mas, o Paulo, sempre aquela pessoa suave, completa, inteira; que era o pai de todos nós.

E era uma pessoa que deu uma contribuição imensa - política e ideológica - para a Ação Popular. Ele foi a grande contribuição política; foi das grandes contribuições; talvez, até a maior. Os escritos dele serão publicados no livro que o companheiro Otto está escrevendo sobre a Ação Popular, e vocês terão ocasião de ver, inclusive, os textos dele sobre a reforma agrária. Ele era uma pessoa que via muito além. Então, a pessoa do Paulo era uma pessoa inteira, maravilhosa, além de ser um grande político.

Eu queria falar isso, porque o Paulo foi um grande amigo nosso, meu, do meu finado marido, da minha filha; e era uma pessoa muito querida, querida demais; que, até hoje, nós choramos o desaparecimento dele.

Então, eu vou ler - porque, às vezes, a gente fica muito emocionada, e atropela muito - a questão da prisão.

Em 2 de setembro de 1973, eu estava na Estação da Luz, com meu companheiro, **Licurgo** Nakasu, e minha filha Carmem, então com 1 ano. Tomaríamos o trem, estávamos saindo de São Paulo, devido ao cerco da Repressão. Já tínhamos saído da

nossa casa, fomos para outro aparelho, na época, e estávamos saindo de São Paulo, e nos dirigindo ao Rio de Janeiro.

Tomaríamos o trem da 0h, do dia três, e iríamos para o Rio. Tão logo entramos no trem, fomos abordados por dezenas de homens, com metralhadoras, que gritavam: “Prendam esse casal de traficantes, vieram do Paraguai”.

Fomos presos; levados, em carros diferentes, para a Operação Bandeirante, e fomos recebidos, numa sala, aos gritos, onde se dizia: “Vocês estão na temível Operação Bandeirante; vocês sabem o que é isso?”

A minha filha, no meu colo, estava muito assustada, e chegou uma investigadora e eles falaram: “Entrega a sua filha para a investigadora”. Eu não tive a menor ideia de reagir, pelo pavor que a minha filha já sentia.

Então, a partir daí, eles explicaram o seguinte: “Vocês foram presos, agora, porque vocês estavam indo para outra jurisdição. A rede, para pegar a Ação Popular, nós lançaremos mais na véspera do 7 de setembro”.

Eu vivi dias de terror, choque, pancadaria, sevícias; mas, nada disso, isso não era nada, frente ao pavor de ter a minha filha, por cinco dias, na mão dos torturadores. E eles sempre fazendo referências, nas torturas: “Ah, sua filha... Atualmente, nós não fazemos, nós não desaparecemos com crianças... Não, isso é coisa do passado”.

Então, maior tortura que essa, nunca existiu; nunca sofri, e nem nunca vou sofrer, na vida. Isso é uma marca que, anos e anos e anos de terapia, não resolve; e, inclusive, para ela, também. Ela estaria aqui hoje, ela viria à tarde, porque não teve condição de sair do trabalho; mas eu falei para ela que a audiência do Paulo ia ser agora cedo, então, não vai poder vir. Ela ficou com marcas; lógico que ficou com marcas. Com marcas sérias.

Então, foi um período enlouquecedor. Nos dias subsequentes, vários companheiros foram presos. Meus irmãos foram presos; três irmãos meus foram presos; além deles, Beatriz Bargieri, Valdemir, Wilson, Lilco, Osvaldo Rocha. E nós sabíamos que o Paulo poderia aparecer a qualquer momento. Nós sabíamos que o Paulo estava em São Paulo.

Então, nós ficávamos muito atentos, e a gente conhecia quem estava; porque, quando nós chegamos na OBAN, havia apenas uma cela ocupada, que era um pessoal, aí, remanescente da ALN. As outras, estavam todas vazias. Eu vi todo mundo; a gente ficava, o tempo que não estava sendo torturado, ficava muito atento a quem estava entrando.

Nós ficamos esperando, esperando que o Paulo chegasse, e nada; até que um dia eu vi num livro, quando o enfermeiro foi lá fazer os curativos da pancadaria, estava escrito assim na papeleta, a gente procurava ler o nome, ver. Estava escrito Paulo: colírio; que é a mesma coisa que o Osvaldo Rocha também viu.

E; uma outra vez; eu estava numa sala de tortura, não me lembro, a gente não lembra épocas, é tudo muito confuso; e alguém, um torturador; entrou e falou para o outro: “Puxa, você viu o presunto de ontem à noite, era um presunto muito grande”.

Eu, na época, tive aquela informação, e achei que eles estivessem fazendo aquilo como mais um tipo de tortura; porque, aconteceu um outro fato, que eu queria colocar aqui, que a gente nunca coloca, que eu acho que tem a ver com o período, e com os desaparecimentos da época.

Eu estava um dia na cela, quando o Brilhante Ustra chegou, pediu para as outras meninas saírem, e falou o seguinte: “Olha, eu queria conversar com você, como médica”. Ele sentou na única cadeira que tinha; ele estava lívido, não era pálido, era lívido; e falou: “Olha, você conhece aquele rapaz magrinho, o Otto Filgueiras?” Eu falei: “Não, não conheço”. Ele falou: “Um rapaz que passa sempre aqui, na frente da sua cela, tossindo muito?” Eu falei: “Eu vejo um rapaz que passa e tosse”. Ele falou: “Ele também; vocês não falam, vocês não contribuem, não colaboram; e ele desmaiou e foi levado para o Hospital das Clínicas. Você acha que é grave?” Eu falei: “Me parece, com aquela tosse, ele deve ser tuberculoso, tossindo daquele jeito. Ele pode ter rompido... Algum problema, alguma bolha pulmonar, algum pneumatocele, e pode estar morto, agora”. Ele falou: “Não é possível, Brasília não admite mais isso; não pode acontecer isso, aqui”.

Então, esse fato, eu estou relatando, porque é assim... Eu tenho a impressão... Nós conhecíamos todos os companheiros que estavam lá, e, os que não eram da mesma Organização, ficaram conhecidos. Ninguém viu o Paulo, pessoalmente. Tem esse relato da Diva, enfermeira, do José Carlos Dias, na época, mas foi um relato que viu uma vez, lá.

Eu acredito que nessa época, já em 1973, em setembro de 1973, as pessoas que eles iam matar, eles não deixavam que os outros vissem; até por essa fala do Brilhante Ustra. Ele estava muito nervoso.

Então, eu acredito que o Paulo não tenha sido exterminado, não tenha morrido na OBAN. Eu acho que levaram pra uma casa, aí, 31 de março, ou para outra casa de extermínio, porque nenhum de nós viu, a não ser esse relato que vou ler agora, que é do



Oswaldo Rocha; que eu entrei em contato com ele, e ele me mandou o relato e pediu que eu lesse aqui pra essa audiência.

Esse é o relato do Oswaldo Rocha, companheiro nosso. Trata-se, de fato, sobre Paulo Stuart Wright.

“Os primeiros dias de setembro de 1973, após retornarmos de um encontro da coordenação nacional provisória da AP, realizado no Rio de Janeiro; e, de regresso a São Paulo, dirigi-me, às 13h30, do dia 4 de setembro, à estação ferroviária da Barra Funda, para um ponto marcado com Paulo Stuart Wright.

Exatamente no horário e na referida estação, aproxima-se o estudante Pedro Calmon, esclarecendo que teria estado com Paulo pela manhã; e, tendo manifestado a ele que precisava encontrar urgentemente comigo, o mesmo teria repassado a ele o referido ponto, devendo ele, Pedro, esclarecer-me qual o motivo da sua emergência.

Paulo atrasaria por 20 minutos, o tempo suficiente para Pedro Calmon expor seus motivos; o que, de fato, terminou ocorrendo.

Imediatamente após, tomamos, os três, um trem em direção a São Caetano. Tão logo o trem partiu, notei que nós éramos observados por uns três elementos, que se colocaram à nossa frente; e chamei a atenção de Paulo Wright, que se posicionara entre Pedro e eu.

Em função de tal suspeição, suspendemos o ponto, sendo que Paulo recomendara que eu fosse o primeiro a descer, na próxima estação, a do Ipiranga. Depois de minha decisão, e tomando várias precauções, dirigi-me à minha residência, onde tão logo cheguei, fui preso. Por volta das 15h30, dava entrada na OBAN, Rua Tutóia.

Posteriormente, foi esclarecido que Pedro Calmon teria sido preso no dia 3 de setembro, ou seja, no dia anterior ao nosso encontro; e que aproveitara aquele encontro para nos entregar à Repressão.

O certo é, que na Operação Bandeirante, diante das circunstâncias de tortura, perdi a noção do tempo. Mas imagino que, após uma três ou quatro dias, após uma sessão de tortura, encontrava-me despido e molhado, e vejo que no canto da sala de interrogatório se encontrava um blusão de frio de cor azul, formato, tamanho e textura, o mesmo que Paulo costumeiramente usava, e carregava consigo durante nosso encontro. Cheguei a colocá-lo sobre minha cabeça, e levando para o xadrez cinco, onde me encontrava.

Alguns dias após, quando fui levado para uma sala, onde os enfermeiros me fizeram uma injeção, observei que uma tabuleta, que continha os nomes de alguns presos e respectivas prescrições, como **Elisabeth Ormano**, à frente, ----; Maria Regina, soro; Paulo Wright, colírio; abaixo, meu nome, contendo, ao lado, antibiótico.

Ora, se a Repressão, ao efetuar minha prisão, já sabia quem eu era, meu papel na Organização, inclusive minha ligação com o Paulo Wright e Jair Ferreira de Sá, sabia que eu era responsável pelos pontos e senhas dos diversos estados; e foi sobre isso que concentrou toda a sua tortura a mim, e sobre o paradeiro de Jair. E, em nenhum momento, questionou-me sobre Paulo Stuart Wright e Pedro Calmon, o que se depreende, já que Pedro Calmon foi livre, ao negociar com os aparelhos repressivos.

Tal denúncia, fiz ser documentada junto à Auditoria Militar, em São Paulo, por ocasião do meu julgamento.

Oswaldo Rocha”.

Eu gostaria, agora, antes de terminar, dizer que, em 1983, na Assembleia Legislativa, Oswaldo Rocha, eu e outros companheiros, fizemos um pequeno livro, que tem alguns exemplares aqui, e posso distribuir a vocês, sobre os nossos desaparecidos, “Onde estão? - desaparecidos políticos brasileiros”, que, na capa, tem o Honestino. Gostaria de deixar, também, com a Comissão da Verdade.

Obrigada. (Palmas.)

**A SRA. AMELINHA TELES** – Elzira, muito obrigada pelo seu depoimento.

Você faz uma denúncia, aqui, em relação ao major Ustra, na época major, hoje coronel; que praticamente, em todas as audiências, tem sido mencionado, como não podia deixar de ser. O major Ustra, na época major, como comandante do DOI-CODI, responsável por torturas e assassinatos; e no caso do Paulo Wright, pelo desaparecimento. Existe, já, uma proposta na Comissão, de, junto com a Comissão Nacional da Verdade, fazer uma convocação, para que o coronel venha esclarecer esses crimes; e onde estão os restos mortais; o que foi feito dessas pessoas.

Eu queria só saber de você, eu agradeço muito seu depoimento; e, também, você fala do Pedro Calmon. Ele está vivo, Elzira?

**A SRA. ELZIRA VILELA** – Mora em Goiás.

**A SRA. AMELINHA TELES** – Mora em Goiás. Ele, também, poderia vir aqui para esclarecer o que aconteceu com o Paulo Wright.

Você tem nome de outros torturadores da Operação Bandeirantes? Como você passou lá dentro da Operação...

**A SRA. ELZIRA VILELA** – Os torturadores dessa época, eram, todos nós que estivemos presos lá, sabemos, que eram três equipes que se revezavam; e todos eles torturavam. O que torturava um, era bonzinho com outro, para fazer aquele jogo psicológico. Então, nós éramos torturados por todos eles.

**A SRA. AMELINHA TELES** – Só queria saber se você teria algum nome. Todos eles, que estavam trabalhando no DOI-CODI, todos eles eram torturadores. Podiam torturar mais uma pessoa, mais a outra.

Agradeço, mais uma vez.

Você quer falar alguma coisa, Derlei? Que eu ia passar a palavra ao João Paulo.

**A SRA. DERLEI CATARINA DE LUCA** – Queria perguntar se a ideia é chamar só o coronel Ustra, ou outros?

**A SRA. AMELINHA TELES** – Não. Tem vários nomes, que estão sendo citados nos depoimentos, e que estão, já, alistados para convocação. Estou falando do Ustra, porque ele é o mais citado aqui nos depoimentos; tanto é, que a Elzira passou na OBAN, e ela fala do Ustra. Todo dia, que vem alguém depor aqui, que passou pela Operação Bandeirante, vai falar do Ustra; tem falando. Então, é isso que eu quero dizer.

**A SRA. ELZIRA VILELA** – O capitão Ubirajara, mora em São Paulo. É uma pessoa que...

**A SRA. AMELINHA TELES** – Sim, o capitão Ubirajara já foi citado aqui, também, viu, Elzira. E era um codinome, porque o nome do capitão - ele era um delegado da Polícia Civil - e chama-se Aparecido Laertes Calandra, o Dr. Calandra; que, lá, dentro da Operação Bandeirante, era conhecido como capitão Ubirajara. Mas ele já foi denunciado aqui, em alguns depoimentos, também.

Vou passar a palavra, agora, ao João Paulo, filho do desaparecido político, Paulo Stuart Wright.

**O SR. JOÃO PAULO WRIGHT – Bom dia a todos.**

Esses encontros, a Derlei comentou alguma coisa da troca de informações, e é sempre muito rico, quando a gente se encontra e consegue conversar um pouco sobre o pai.

Agradeço a presença de todos; o pessoal de Santa Catarina, que veio em peso; e gostaria de, nessa linha dos 40 anos do desaparecimento do pai, citar três eventos, na minha visão, da passagem desses 40 anos.

O primeiro evento. Eu estava iniciando minha vida profissional, no começo da década de 1980, eu vinha fazer cursos em São Paulo e frequentava a casa do tio Jaime. Um belo dia, chego lá, ele me pega pela mão e: “Quero; preciso te mostrar uma coisa”. E, me leva; tinha uma sala grande, me leva a ver uma mala, acho que a mala era azul, ele abre aquela mala, cheia de caixas com microfilmes do projeto Brasil: Nunca Mais.

E aquela noite, tinha muita ansiedade na família, porque ele ia sair com esse material do Brasil, e tinha um receio enorme de que esse material fosse apreendido. Ele ia para fora, para a edição do “Brasil: Nunca Mais”.

Passado isso, a gente, eu guardei a edição do livro, fiz questão de comprar numa livraria, para ver o livro, e comprei o livro; e, até, esse livro já rodou por tudo que é canto, acho que está dentro da minha mala. Peguei o livro para ler, estava fazendo cursinho na época, e foi muito duro de ler aquilo.

As primeiras páginas, isso acho que é uma leitura obrigatória; inclusive, já foi citada aqui a questão do “Brasil: Nunca Mais” como conhecimento dessa época. Eu me lembro, claramente, que eu li quatro páginas e tive que pegar esse livro e deixar um tempo. Ele rodou na minha mala, e, depois, acabei lendo; nas primeiras páginas, é relatada a questão do treinamento da tortura. Então, sessões com 100 militares, onde pessoas da rua, mendigos, eram sequestrados, para servirem de cobaia de tortura.

Essa é uma coisa duríssima de ler; mas, lógico, que os depoimentos, aqui, são muito mais fortes. Então, a sociedade brasileira precisa ter noção de que nós já tivemos, neste país, aula de tortura, institucionalizada. Quer dizer, pessoas davam treinamento para os militares, dizendo assim: “A tortura é nossa prática oficial”.

Então, esse é um momento, nesses 40 anos, muito duro de ver. Lógico que a gente transfere isso para o pai da gente, transfere, pensa nessa possibilidade de ele ter

passado por isso, e isso tudo dói barbaridade, mas é muito importante e a gente precisa fazer algum trabalho no sentido, talvez, do “Brasil: Nunca Mais”, de ser mais divulgado. De alguma forma, a gente precisa que esse documento seja mais conhecido. É uma leitura essencial para todos, para que a gente consiga entender. E, esse livro, foi escrito em cima de documentação oficial do Estado.

Essa questão da dureza da tortura, lembro até o relato da Elzira; mas eu lembro; também; do relato do padre Alípio, no sentido de, em algum momento; ele diz que todo dia ele tinha que levantar, e pensar numa tática de como ele iria enfrentar o torturador.

Isso é uma coisa; você levantar todo dia de manhã e montar uma tática, para ver como você vai enfrentar uma equipe de gente preparada para te torturar. Esse é um relato duríssimo, também.

Ai. Então, esse é um dos momentos da nossa vivência com a história do pai.

O segundo momento; Lali, desculpe, mas não é muito fácil; é com o livro dela, né; então, tem uma carta da Lali, pro pai. Vocês precisam ler. Eu não tenho energia de ler; mas, é o ato de maior amor, que eu já vi em relação ao pai.

Então, todos que estão aqui, têm alguma relação com o pai; mas, nessa carta, Lali potencializa, de todos, eu acho que é o elemento mais forte que a gente tem, inclusive, de todos que estão aqui a gente ouve palavras de carinho, dessa figura querida, todo mundo adorava o pai; então nesse momento a Lali, com a carta dela, potencializa o carinho de todo mundo com relação ao pai. Então, também essa é uma leitura importante em relação ao pai.

O terceiro elemento, terceiro ponto, quando saiu o livro “Direito à memória e verdade”, um trabalho da gestão do Paulo Vannuchi. Eu pego o livro, e abro a primeira página, e tem um rodapé, lá, onde ele conta uma história de uma tragédia grega, não sei dizer se é grega, mas uma história de Antígona. Então, ela passa pelo seguinte problema: estão os dois irmãos, um mata o outro, e Creonte, que era o chefe da sociedade onde eles viviam, determina que um dos irmãos iria ser enterrado com todas as honras, e o outro seria jogado para os abutres; para ser comido pelos abutres.

Então, Antígona se desespera com isso; ela se desespera, e vai à beira do rio, com as próprias mãos, ela consegue achar o irmão, se rasga toda, e consegue dar um enterro para o irmão. Na época, se dizia que, se a pessoa não fosse enterrada, ela iria vagar por 100 anos, à beira do Rio da Morte.

Então, essa coisa do pai, de nós não conseguirmos ter o velório, alguma coisa, é muito dura. Nesse próprio conto, diz da necessidade que nós temos de ter cerimônia.

Nessas histórias todas do pai, nesses três eventos, têm mais alguns eventos, toda a sociedade se manifestou em relação ao pai.

Eu me lembro de uma época... A primeira vez que ouvi “Cálice”, de Milton Nascimento e Chico Buarque, não quero beber dessa bebida amarga; tem toda aquela música, a gente sempre esperava essas manifestações; então a gente viu tio Jaime, a gente viu Dom Paulo, a gente viu Henry Sobel, a gente vê todos vocês se manifestando em relação ao amor, ao respeito que nós temos pelo pai.

A que isso me leva? A gente tem declarações de amor, a gente tem essas empatias políticas, a gente tem gente que lutou por ele. E, para as famílias, existe uma prioridade, que é resolver a questão do desaparecimento. Então, a gente pediria para que, dentro da Comissão da Verdade, isso fosse priorizado; não menosprezando qualquer outro veio de investigação; mas a gente, absolutamente, pede para que o desaparecimento seja a prioridade, que a gente esclareça o que aconteceu, que a gente possa dar um... O desaparecimento é uma coisa que não nos dá paz. Você não levanta, um dia, sem você ter aquele compromisso de dizer: “De alguma forma, nós temos de resolver isso”. Não há um dia, que você escuta: “O que nós podemos fazer hoje?”

Então, como falei, o trabalho do tio Jaime, o trabalho da Lali, do Paulo Vannuchi, toda a sociedade brasileira já sinalizou, que precisa ser resolvido isso. Nós cantamos, nós escrevemos. Nós estamos aqui, há 40 anos, nessa luta diária para tentar esclarecer isso.

E é importante que, quem é dono do Poder Público, escute esta sociedade. Que escute o amor do tio Jaime, que escute o amor da Lali, que escute o amor da ---, que escute a música do Chico, que escute a música do Milton, que escute Ulisses, que escute Teotônio Vilela, que escute Alencar Furtado.

Toda a sociedade brasileira já sinalizou: nós não queremos mais que isso aconteça na sociedade; e a Comissão precisa ter isso como objetivo, de que qualquer outra força que haja sobre a Comissão, no sentido da dificuldade do esclarecimento disso, seja vencido.

Nós temos uma sociedade que já sinalizou, fortemente, não querer mais esse tipo de violência; e é necessário que quem está na posição da Comissão da Verdade, tenha isso muito claro; e que, qualquer outra força que haja, no sentido de impedir o esclarecimento... E, acho que, também, nós precisamos da punição, no sentido de que a gente não continue andando nesse rio de material absolutamente movediço, onde a gente luta, há anos, e não consegue esclarecer nada.

Acho que Antígona se desesperou; e o quadro, nosso, é pior ainda. Nós temos a morte, não temos o enterro, não sabemos onde ele está. E todas as pessoas que amam; sofreram; que escrevem sobre ele; precisam ter uma resposta, para que a gente possa sair desse terreno movediço, esclarecer, inclusive, no sentido de gastar as nossas energias, não só na busca de uma resposta do problema, mas, também, na busca da identidade com as ideias do pai.

Que a gente possa, não só estar aqui, fazendo um esforço de resolver uma situação, mas que a gente possa, a partir desse momento, ter mais liberdade, mais desenvoltura, para tentar buscar aquilo que ele praticava como estilo de vida, como ela falou aqui, de uma pessoa absolutamente querida e atenciosa.

Sempre digo o seguinte: o pai não resistia ao ser humano. Não sei o que isso significa direito, pra mim é uma frase. Só para vocês terem ideia, estava numa noite, numa visita, ele sempre se encontrava com a gente escondido; nós vamos lá para o meio, nós morávamos numa chácara, nós vamos pro meio do mato; estávamos todos nós, lá, numa subida, embaixo de uma árvore, esperando num ponto, e passa as pessoas e ele: “Boa noite, como vai?!”. Ia lá, e conversa, com todo mundo. Então, ele não estava preocupado com a segurança. O que ele queria fazer era isso, era conversar, era atender as pessoas. Então, nós precisamos ficar livres do rio, para poder atender àquilo que o pai era.

Então, meu pedido especial para que a Comissão, olhando os familiares; a gente se encontra bastante, e esse sentimento do desaparecimento é terrível. Um pedido, que a Comissão foque, como prioridade, independente de qualquer outra, outro veio de investigação, esclarecer os desaparecidos. (Palmas.)

**A SRA. AMELINHA TELES** – João Paulo, muito obrigada, mesmo, pelo seu depoimento, que é o depoimento de um familiar. Eu, antes de ser da Comissão da Verdade, como assessora, eu sou da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que essa é minha origem.

E nós, há quase 40 anos, que nós aprendemos lá com as mães, ou 30 e poucos anos, nós aprendemos com as mães da Argentina que não se pode construir, consolidar a democracia, com corpos insepultos, e os nossos corpos estão insepultos, dos nossos camaradas, dos nossos companheiros.

Por isso, a Comissão de São Paulo tem como prioridade os mortos e desaparecidos políticos. Esses 154 casos ouvidos aqui, que deverão ser ouvidos no seu

todo, a prioridade é essa; nós temos de responder à sociedade onde, nós temos de envidar todos os esforços, para que o Estado Brasileiro responda onde estão os desaparecidos políticos, o que foi feito deles. Nós não viramos essa página. Não tem como virar essa página, sem essa resposta. E esse, é nosso compromisso aqui; essa é nossa luta.

Então, agradeço muito o seu depoimento, porque ele vem fortalecer a nossa proposta, aqui, de trabalho. Muito obrigada.

E queria, ia até propor, quando você falou, eu pensei aqui que o “Brasil: Nunca Mais” devia ser livro didático, devia ser usado como proposta pedagógica. Fazer parte do currículo escolar o estudo do “Brasil: Nunca Mais”, como uma proposta, tanto para nós, aqui, como para a Comissão Nacional da Verdade; que seja adotado no Brasil inteiro esse livro.

Vamos continuar com os depoimentos. É hora do José Roberto Paludo.

**O SR. JOSÉ ROBERTO PALUDO** – Bom dia.

Vou ser rápido, e cumprimentar a Amelinha, em nome da Comissão da Verdade, aqui; ao deputado Adriano Diogo; cumprimentar o deputado Ismael.

Eu também quero registrar aqui, também sou assessor da deputada Luciane Carminatti, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia; e pediu que viesse, também, registrar essa presença.

Eu nasci um ano depois do desaparecimento do Paulo Wright, e tive o primeiro contato com essa história, exatamente na leitura do “Brasil: Nunca Mais”, por ser militante do movimento estudantil nos anos 1980, e precisar conhecer um pouco da história da resistência à ditadura, para ter discurso para fazer o movimento estudantil.

Então, meu contato foi pela causa; e em 2003, nós nos articulamos com vários companheiros, para constituir o Instituto Paulo Stuart Wright, que nós fundamos em maio de 2003, na cidade de Joaçaba. E fui encarregado de presidir o instituto por um período; hoje a presidente está aqui, a companheira Regina, que também tem acompanhado todo esse processo. E nós criamos esse instituto, em primeiro lugar, para ajudar as várias outras iniciativas no sentido do resgate da memória, mas também para continuar a luta das causas, pelas quais o Paulo Wright lutava.

Então, dizer que o primeiro contato com essa história foi pela causa, mas que ao longo desses 10 anos desse contato, isso também se tornou pessoal. Começa por uma



causa, mas também, hoje, é uma questão pessoal. E é uma questão pessoal porque, nós que não vivemos isso, ter o contato com vocês que viveram isso, nos compromete, de tal forma, para dizer que essa memória nunca vai ser apagada; porque nós vamos continuar reproduzindo essa memória, para que as gerações não se esqueçam disso.

Acho que esse é o nosso papel nessa história. Nós não vivemos, mas essa relação que a gente está tendo deste evento, e de muitos outros, é para que essa memória, independente dos registros, todos, escritos, filmados e gravados, ela não vai se apagar, porque vai ficar na nossa memória, e nós vamos dar continuidade a isso; e essa é a nossa obrigação, do ponto de vista militante.

Em segundo lugar, dizer que em Santa Catarina não tem uma Comissão da Verdade; porque, muitas coisas, no nosso estado também existem, mas se procura esconder, e fazer de conta que não existe. E, por muito tempo, em Santa Catarina, se tentou passar uma imagem de que lá não houve ditadura, de que não tinha torturados, de que não houve desaparecidos no estado de Santa Catarina.

Então, nós precisamos mexer também um pouco com isso, e denunciar e mostrar que Santa Catarina não é uma ilha - embora a capital seja uma ilha física -, mas não é uma ilha política; e que lá aconteceram as coisas que aqui também aconteceram, e o problema da ditadura não é um problema de São Paulo e Rio, é de todo o Brasil, e; também; de Santa Catarina.

Nós vamos estar nos manifestando - e já conversamos com o deputado, com a Derlei e outros; está o Marcelo aqui, que também está representando a deputada Angela Albino - para também constituir a Comissão da Verdade na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. E se empenhar nessa luta, para que a Comissão da Verdade Nacional também se movimente no sentido de cumprir essa provocação que Antígona faz, de que não há - e que as mães da Praça de Maio fazem -, de que não há democracia, não se consolida a democracia, enquanto não se esclarecer essas questões. Então, acho que essa é uma segunda questão importante.

E terceiro, para encerrar, só deixar aqui, também, dois documentos. Um deles, é o documentário feito por um companheiro nosso do instituto, Iur Gomez, que entrevistou vários de vocês que estão aqui - entrevistou a Elzira, entrevistou o Carlão, entrevistou a Derlei, o João Paulo, a Delora -, que é o documentário "Paulo companheiro João". Para que também conste, aqui, como documento oficial.

E alguns outros documentos que foram escaneados pela Derlei, da Assembleia Legislativa, que são documentos oficiais também; deixar na Comissão da Verdade, aqui

de São Paulo, e agradecer o convite e dizer que a gente está aí, para ter esse compromisso, de não deixar que essa memória – oficial, ou pela causa, ou do ponto de vista pessoal -, ela não vai se acabar, e essa luta não vai encerrar, enquanto não tiver isso esclarecido.

E é uma dívida da democracia brasileira, com seu povo, o esclarecimento do Estado sobre aquilo que os militares fizeram, em nome do Estado, para os brasileiros que lutaram por um país melhor, por um país mais justo, de igualdade, de fraternidade; e essa luta, essa causa, é de todos nós.

Obrigado. (Palmas.)

**A SRA. AMELINHA TELES** – Agradeço ao José Roberto Paludo. Muito obrigada.

É importante, destacando do depoimento dele, que a ditadura foi nacional, em todo o território nacional; e que o grande empurrão para que esta Comissão da Verdade existisse - a Comissão Nacional da Verdade existisse - foi uma sentença que condena o Estado Brasileiro.

E, essa sentença, é uma iniciativa dos familiares do Araguaia, que vão até a Organização dos Estados Americanos e têm, lá, audiência final na Corte Interamericana de Direitos Humanos. A sentença, não só exige que se esclareça a respeito dos desaparecidos do Araguaia - que fica lá no norte do país, no sul do Pará -, mas, também, de todos; ela se estende a todos os desaparecidos políticos.

Então, o Estado Brasileiro, para executar a sentença, tem de esclarecer o desaparecimento de todos, independente de serem desaparecidos no Araguaia, ou em qualquer outra parte do território brasileiro; independente da Organização Política a que pertenciam. Então, isso é importante a gente destacar.

Vou passar a palavra, agora, ao Marcelo Pomar; lembrando que o Marcelo Pomar é neto do Pedro Pomar... É bisneto, gente do céu!, já é bisneto. Olha como é que eu to velha. E eu fui militante, junto com o Pedro Pomar, que era meu dirigente; ele era dirigente do Partido Comunista do Brasil, foi também uma vítima da ditadura, foi assassinado na conhecida Chacina da Lapa, em 1976.

Então, aqui, eu, aqui, a Comissão da Verdade te recebe; se sente muito honrada, por você, e pela história que você traz, também. Que o Pedro Pomar, como Paulo Wright, como Honestino, como José Maria Ferreira Araújo, e todos os outros, estejam sempre presentes nessa luta.

**O SR. MARCELO POMAR** – Bom dia, a todos e todas.

Eu sou acostumado a falar no microfone, em público; mas, sempre que o tema é esse, eu me emociono bastante, porque, embora pareça longínqua a relação - Pedro foi meu bisavô -, na realidade, isso afetou toda a minha família.

Meu avô, Wladimir Pomar, foi preso e torturado, até 1979; teve sequelas por conta disso, uma labirintite até hoje; o meu pai, viveu clandestino; e eu, mesmo, só pude ter direito a ter o meu nome verdadeiro, já com 16 anos de idade. Então, são marcas que a gente traz.

Vou ser bastante sucinto, porque não sou testemunha; não tive oportunidade de conhecer o Paulo; e venho falar do coletivo catarinense - estou representando o nosso coletivo catarinense Memória, Verdade e Justiça. Eu, como filho de clandestino, nasci em Belém do Pará, estive em diversas cidades, e estou em Florianópolis há 13 anos, onde casei, estudei, e, lá, atuo e milito no coletivo catarinense Memória, Verdade e Justiça.

O que queria trazer, em particular, para compartilhar com vocês e deixar o registro aqui, é uma questão atual, bastante recente.

Em 2006, o Paulo recebeu uma homenagem, da Assembleia Legislativa, o Paulo Stuart Wright; o nome de uma rodovia que liga a BR-101 a um município de Santa Catarina, chamado Penha.

E, em 2011, final de 2011, começo de 2012, nós recebemos com surpresa e espanto - mas isso demonstra como essa luta da memória é cotidiana - um projeto de lei de um deputado chamado Gilmar Knaesel, propondo retirar o nome da Rodovia Paulo Stuart Wright e dar o nome Francisco Leopoldo Fleith, que é um prefeito biônico da cidade de Piçarras.

Então, essa é a luta de hoje; quer dizer, não obstante a cassação que o Paulo sofreu, o desaparecimento por parte do Estado, a luta para que a Assembleia reconsiderasse a sua titularidade de deputado, a luta pela memória permanente; ainda enfrentamos, ao longo de 2012, uma batalha para garantir que, a homenagem ao Paulo, permanecesse naquela rodovia.

É assombroso, mas conseguimos; e aqui fazer uma saudação especial à Derlei, foi uma batalha bastante dura. (Palmas.) A Derlei teve um trabalho intenso de mobilização, conseguiu manifestações do Brasil todo, contra essa barbaridade; e a situação de constrangimento foi tão grande, criada, que eles não tiveram coragem de

levar até o final, e, na última hora, o deputado retirou o projeto de lei. E foi uma festa para a gente. Nós estávamos numas 20 pessoas ali, com faixas e cartazes.

Então, só fazer esse registro, porque isso é atualíssimo, aconteceu no final do ano passado; e dizer que as batalhas continuam. Acho que a próxima trincheira, agora - inclusive, aproveito para pedir o apoio do deputado Ismael, que está com a gente em Santa Catarina - a próxima trincheira é instaurar a Comissão da Verdade em Santa Catarina. Esse projeto já está tramitando em algumas gavetas, já há alguns meses, um projeto de lei de autoria da deputada Angela Albino, que pediu, inclusive, que eu a representasse nesta audiência; então, fazer esse registro.

Neste momento, se não me engano, está com o deputado Edison Andrino; e eu acho importante citar esses nomes, e pedir, aqui, em público, o apoio do deputado Ismael, para que a gente desengavete a Comissão da Verdade de Santa Catarina, e siga os passos desse belíssimo trabalho, que está sendo feito aqui, em São Paulo.

E, por fim, entregar uma contribuição. Este é um roteiro de um filme, o filme “Paulo Stuart Wright”, de 1987; não conseguimos o filme, mas aqui está o roteiro, como contribuição, também, junto com esses outros documentos.

Enfim, essas audiências em geral, esses encontros, são tristes; mas eu nasci em 1981, estou com 31, vou fazer 32 anos de idade, e quero dizer uma coisa pra cima. Eles mataram os nossos pais, os nossos avós, bisavós; torturaram, desapareceram, mas nós estamos aqui; nós estamos aqui, e eu acho que essa é a força da nossa luta. É um pouco do que o Paludo falou, nós estamos aqui. Nós estamos aqui, e continuaremos lutando por memória, por verdade e justiça.

Muito obrigado. (Palmas.)

**A SRA. AMELINHA TELES** – Muito obrigada, Marcelo. Estou vendo que você é a quarta geração. Estou até contando aqui nos dedos. São quatro gerações, vítimas, que foram afetadas por essa ditadura. Essa luta é pela democracia; essa resistência é um preço muito alto.

Agora que eu lembrei; que o Pedro Pomar Filho era neto, que o Wladimir é que é seu avô; então, agora que me veio, aqui. Veja só – nossa! – são gerações, né, gente. Várias gerações.

Queria propor, também, aqui na Comissão, que fosse feita uma moção de apoio ao projeto de lei da deputada Angela, para a criação da Comissão da Verdade em Santa Catarina; que, aliás, devia ter em todos os estados.

**O SR. ISMAEL DOS SANTOS – PSD** – Você me permite um aparte? Eu faço parte da Comissão de Direitos e Garantia da Família, e, na nossa Comissão, já foi aprovada; e vamos tocar adiante.

**A SRA. AMELINHA TELES** – Parabéns. Parabéns.

Queria chamar o Anivaldo Padilha, para fazer, também, seu depoimento neste caso.

**O SR. ANIVALDO PADILHA** – Obrigado, Amelinha.

Realmente, esses momentos são sempre muito emocionantes para todos nós; e em especial, para sobreviventes, como nós, que sobrevivemos e mantemos na memória a vida e o testemunho dos nossos companheiros que se foram.

Vou falar muito brevemente, mesmo porque não vim preparado para isso; mas não resisti, aí, ao desafio de falar alguma coisa sobre Paulo.

Eu conheci o Paulo em 1960. Nos encontramos, pela primeira vez, em São Paulo; exatamente naquele ano em que, naquele período, em que ele se tornou secretário-geral da UCEB, conforme mostrado na introdução. A UCEB era União Cristã de Estudantes do Brasil, que era uma Organização de estudantes protestantes; era a seção brasileira, parte de uma federação mundial, a chamada Federação Mundial de Estudantes Cristãos, que foi, na verdade, a primeira Organização Ecumênica mundial, fundada lá em 1886, se não me engano, ou 1896; posso estar confundindo as datas.

Mas era um movimento que aglutinava os estudantes protestantes no Brasil, no sentido de incentivar a reflexão e discussão sobre a realidade brasileira; e incentivar a participação, dos estudantes protestantes, nas transformações sociais do Brasil e do mundo. Não vou entrar em detalhes dessa história. E, o Paulo se torna secretário-geral dessa Organização, no Brasil.

Que foi uma Organização que teve um papel fundamental no despertamento de uma consciência de cidadania de um dos setores importantes das igrejas protestantes no Brasil.

O Paulo era da Igreja Presbiteriana. Eu, da Igreja Metodista. E, exatamente, naquele momento em que a Igreja Católica começou a se abrir para o movimento ecumênico, com João XXIII, com a abertura da Igreja Católica, quando, oficialmente, ela se torna uma igreja com abertura ecumênica.

E isso teve uma influencia grande no Brasil, também, porque a JUC - Juventude Universitária Católica - também se abre para o movimento ecumênico. E é o momento em que começam a haver mais relações; e, daí, surge a fundação da AP, um pouco mais à frente.

A partir daquele momento, mantive uma relação bastante estreita com o Paulo, talvez até 1963; e, depois, não tivemos condições de nos encontrar novamente. Veio o golpe de 1964, o Paulo teve de sair do Brasil, e, depois, nós nos reencontramos, por volta de 1968, final de 1968 - duas pessoas diferentes. Ele já era o João, na AP, e eu era o Almir, na AP. Na Ação Popular.

E, nesse período, também mantivemos algum contato; ele era da direção nacional, e eu atuava mais em São Paulo. E, devido a todo o processo de clandestinidade, era muito difícil a gente se encontrar, e eu não tinha nenhum motivo, nenhuma razão assim, interna, de me encontrar com ele.

Mas, a última vez que nós nos encontramos... A gente mandava, às vezes, recados; eu encontrava periodicamente com o Jaime Wright, que era, às vezes, a ponte, entre os diversos, centenas, ou dezenas, de amigos do Paulo, aqui em São Paulo; e a gente sempre mandava e recebia recados.

A última vez que me encontrei com ele, foi no finalzinho de abril de 1971. Eu tinha concluído quase um ano de prisão; tinha sido preso em 1970, pelo DOI-CODI, e saí, fui libertado, depois, no final de 1970.

E, quando me encontrei com ele, estava vivendo na clandestinidade, um período extremamente difícil – quem era da AP, sabe que, naquele momento, o cerco foi se fechando em todos nós; e foi a última vez que conversei com ele.

E havia uma quase impossibilidade de continuar o trabalho, como estava sendo feito, realizado; e eu estava, pessoalmente, bastante, extremamente, debilitado; por causa, em consequência, das torturas. Debilitado fisicamente; do ponto de vista psicológico, bastante, bastante mesmo, eu diria até desarticulado. Se bem que, a prisão ajudou a recuperar um pouco.

Estou olhando o Carlão; e, no Tiradentes, a gente ficou em celas uma em frente para a outra; a gente conversava, e trocávamos mensagens pela grade; mas eu saí realmente bastante abalado, porque o cerco foi se fechando - nesse período de clandestinidade. O DOPS esteve, duas vezes, na casa dos meus pais, mas eu não estava em casa.

E o Paulo falou: “A gente tem que pensar que existe uma tarefa a ser feita, a ser intensificada, no exterior. Nossas frentes de luta são várias; e o exterior, também, é uma delas. E eu acho que, realmente, a probabilidade de você ser morto é muito grande, se for preso. Muito grande. Portanto, acho mais do que justo que você saia”.

E, havia todo um esquema já montado, para sair; fiz o caminho que quase todos os exilados faziam: descia pelas fronteiras, daqui de baixo; e, depois, fui parar no Chile. Do Chile, aí recebo o convite para ir para os Estados Unidos; e, realmente, fui, exatamente para desenvolver um trabalho, contra a ditadura brasileira, lá nos Estados Unidos.

Eu me lembro que, no começo de setembro, eu recebi um telegrama. Tinha um americano, ex-missionário, aqui no Brasil, que servia de ponte de contato entre... Que eu usava como contato, para não receber correspondência, nada diretamente para mim; mas ele me telefonou, quase uma da manhã, meia-noite e pouco, e falou assim: “Anivaldo, acabou de chegar um telegrama do Brasil. Se chegou agora, deve ser algo importante”. Ele não falava português mais, estava bem velhinho, tinha vivido aqui, lá nos anos 1950, e isso foi em 1973, e ele falou: “Vem aqui”. Aí, eu fui. A mensagem era muito simples: “João sofreu um acidente; está hospitalizado em São Paulo”.

Esse era um código que a gente usava, para comunicar que as pessoas tinham sido presas. Eu tinha montado um esquema, lá nos Estados Unidos, de acionar um sistema de pressão; de várias personalidades, que, quando acontecia esse tipo de prisão, imediatamente acionava o Departamento de Estado, e fazia pressão no Governo Americano, para interferir.

Essa foi a última vez que ouvi falar do Paulo, um contato mais direto. A gente fez uma campanha, lá, a favor do Paulo; a gente conseguiu colocar isso na Imprensa Americana; todo o sistema de comunicação das igrejas nos Estados Unidos; e, infelizmente, a gente não conseguiu salvar a vida dele. Diferentemente do que a gente conseguiu, por exemplo, com Manoel da Conceição, que foi o mesmo processo: chega telegrama, e a gente conseguiu salvar a vida dele, em grande parte, por causa dessa pressão dos Estados Unidos e Europa.

Mas, interessante que estive, estou mencionando isso, porque a vida do Paulo transcende a AP, transcende aqueles movimentos de pescadores, as cooperativas que ele ajudou a criar - incentivou a criação -, transcende a vida política e partidária dele, como parlamentar, e transcende as fronteiras do Brasil.

Ele, como secretário da União Cristã de Estudantes do Brasil, teve uma influência muito grande sobre as outras seções de países latino-americanos; e, no final de 1974, eu fui a Cuba, e lá eu procurei contato com algumas pessoas que eu conhecia, ligadas a esse movimento de estudantes; e a primeira coisa que todo mundo me perguntava: “E o Paulo Wright, como está?”

Quer dizer, a notícia da morte do Paulo não havia chegado a Cuba, até aquele momento; mas todas as pessoas eram sempre unânimes em dizer como o Paulo foi importante, quando ele passou por lá. Ele saiu do Brasil e foi para o México; depois, estive em Cuba, e, lá, no pouco tempo que ele ficou em Cuba, ele serviu de um grande incentivador da organização desses estudantes, lá, inclusive na intensificação da organização dos setores protestantes em Cuba, em apoio à Revolução Cubana.

Então, queria deixar isso registrado, porque é importante; são, às vezes, detalhes que as pessoas realmente não... São detalhes importantes para mostrar o valor que o Paulo teve, não somente para nós, como pessoa, amigo, mas como revolucionário, e a influência que ele teve, fora do Brasil, também.

E aqui, queria cometer uma heresia, porque o Paulo, sendo presbiteriano, e eu sendo metodista, e, vocês, católicas, há toda uma questão sobre ressurreição. E, lá no Credo, fala: “Cremos na ressurreição dos corpos”. Quero dizer que, acho que a gente tem de pensar na ressurreição de outra maneira; e pensar que, a morte, não existe. Os nossos corpos - você é médica, eu não entendo nada, não é meu campo - quando nós morremos, talvez os nossos corpos se transformam em alguma outra coisa, não desaparecem. Mas a vida da pessoa, as nossas vidas, elas não desaparecem, e nem morrem. A vida supera a morte, e ressuscita no coração e na mente das pessoas que conviveram conosco.

E o Paulo, está mais do que presente entre nós, porque ele não morreu, ele ressuscitou; e, ressuscitou para sempre. Obrigado. (Palmas.)

**A SRA. AMELINHA TELES** – Paulo Stuart Wright: presente, agora e sempre. (Palmas.)

Nós vamos concluir esta 12ª Audiência, do Paulo Stuart Wright, que foi extremamente rica; e merecia, na verdade, por toda a documentação, uma semana de audiências, para a gente ter toda essa apresentação de um material de pesquisa, que foi feita por vários grupos, o que nós agradecemos muito.



E queria, só, registrar aqui, as resoluções que devem ser encaminhadas pela Comissão da Verdade, como propostas que nasceram aqui, durante a audiência.

Que é reforçar a convocação, junto à Comissão Nacional da Verdade, do então major, e, agora, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra; também do capitão Ubirajara, o Aparecido Laertes Calandra. E também, convocar para aqui, para apresentar sobre o caso do Paulo Stuart Wright, o Pedro Calmon, conforme a denúncia feita pelo Osvaldo Rocha. E, que pena, que o Osvaldo Rocha não está aqui, porque ele foi uma testemunha importante nessa história da prisão e desaparecimento. Propor que o Brasil: Nunca Mais seja usado como material didático, amplamente utilizado em toda a rede escolar do Brasil. Propor, também, como resolução, a moção de apoio ao projeto de lei que cria a Comissão da Verdade, no estado de Santa Catarina.

E, mais uma vez, agradecer, muito, a toda esta Bancada de Santa Catarina, que trouxe vida para esta Comissão, que trouxe a vida de pessoa tão importante, como o Paulo Wright.

Queria lembrar que, quando o João Paulo falou, ele foi muito emotivo, e ele falou da Lali, que é a Delora, para quem não sabe. Pra nós é Lali, né. A Delora é o nome oficial, né, Lali? E o livro é “O coronel tem um segredo”. Ele não está em Cuba, né; é o segredo do coronel. E quem é o coronel? É o Ustra. É o livro que a Lali escreveu, que tem essa carta tão maravilhosa, que tem que ser referenciada, aqui, lembrada no relatório desta Comissão. Muito obrigada.

Nós vamos encerrar esta audiência. Mas, antes, a audiência do Honestino, e do José Maria Ferreira Araújo, vão ficar para as 14h, depois do almoço. Mas como o Neto é uma das testemunhas do caso Honestino, e tem muita necessidade de ir embora, então ele vai depor neste momento; e, depois, a gente apresenta o memorial do Honestino, como a gente faz em todas as audiências; a gente faz a instalação da audiência, apresenta o memorial, porque essas pessoas, todas, têm sido muito procuradas nesses 40 anos. Todos os desaparecidos são muito lembrados, e essa é a razão da Comissão da Verdade – lembrar, e trazer a história deles.

Então, esse memorial vai ser apresentado depois do almoço.

E queria desfazer aqui; vocês fiquem à vontade; se quiserem ficar à Mesa, podem ficar. E chamaria o Neto para fazer o depoimento a respeito do caso Honestino Guimarães.

O Honestino Guimarães foi um líder estudantil, vocês vão ver depois o memorial, tem uma professora aqui, a Beth Almeida, que acabou de escrever um livro

sobre Honestino, e vai contar a história dele. Mas o Honestino foi um líder estudantil da AP, e que não sabemos... O Honestino é um caso que não se sabe, o que a gente sabe é que ele foi preso no Rio de Janeiro, todo mundo conta isso, mas ninguém...

Então, vamos ver se a gente consegue - ouvindo, agora, o Neto, e, depois, a Beth; e o Cláudio, que é de Brasília, também vai falar - a gente consegue mais elementos sobre o desaparecimento do Honestino Guimarães.

**A SRA. ELZIRA VILELA** – Tem uma fita, do irmão da Madalena Prata, que é uma gravação dele, Gilberto Prata, para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, em que fala na prisão de todos os militantes da AP. Seria interesse conseguir uma cópia dessa fita.

**A SRA. AMELINHA TELES** – O Anivaldo arruma uma cópia da fita do Gilberto Prata, pra gente.

Vocês continuam com a Elzira; e, agora, com o depoimento do Neto, que vai se apresentar.

**O SR. SEBASTIÃO LOPES NETO** – Meu nome é Sebastião Lopes Neto, por acaso sou da mesma cidade, da cidade em que ele foi criado na infância, Itaberá, porque também não nasci lá, mas é nossa referência comum.

Não tenho nada a ver com a AP, não participei da AP, tinha briga com a AP; mas, quando estava terminando a ditadura, a fase pior, eu assumi, comigo mesmo, que duas pessoas, pelo menos, eu gostaria de recuperar a história, que era Honestino e Olavo Hans. Porque estava no 1º de Maio, aqui, quando prenderam o Olavo, que era uma pessoa muito querida, muito absolutamente militante, uma pessoa só revolucionária e mais nada - se é que isso é pouco.

E, do Olavo, acabou sendo feito pelo Murilo, que é o atual coordenador da Unifesp-Osasco, um livro sobre a Ação Popular; e, com o passar do tempo, aqui nós, coordenador em São Paulo, fomos montando um projeto memória.

Então, dentro do projeto memória, a gente tem trabalhado - esse caderninho amarelo – que é, particularmente, a questão da repressão contra os trabalhadores nas fábricas. Vamos lançar um material até setembro. Então, a gente tem tentado colaborar com a Comissão da Verdade.

Queria, inicialmente, se é que cabe, fazer uma homenagem a duas pessoas absolutamente imprescindíveis, queridas, na vida do Honestino; que é, primeiro a mãe, Maria Rosa, que pouca gente conheceu, que é uma das mulheres mais... (Palmas.) mais... Que ela, além de ser de uma alma linda, ela é uma pessoa muito bonita, inacreditavelmente bonita; e morreu bonita, inclusive, já com seus 80 e poucos anos. Eu acho que era da geração da minha mãe; a mulher mais bonita da cidade; dizem, pelo menos.

E, outra, é o casal **Luís Emílio e Vanda**, que foi quem mais cuidou da Juliana, que foram os anjos da guarda do Gui; que são as pessoas que mais - porque muita gente ajudou o Honestino - mas esse casal, e os dois já são falecidos. Então, fazer essa pequena homenagem.

Então, lá pelos anos 1970 e tantos, na Abertura, aí, eu comecei a pesquisar o Honestino; então, fui atrás do dentista, para achar as coisas de Raio X; eu não consegui nada na época, já, acho que pelo medo das pessoas.

Fui em Goiânia, em Itaberaí, que era uma rota minha, de parentes, e não tinha problema nenhum; os irmãos me ajudaram muito. Infelizmente, ele só tem um irmão vivo, que mora nos Estados Unidos, o Luiz; o Norton foi um batalhador sobre isso; e todos eles sofreram, foram presos, etc.

E fui muito ajudado, muito, muito ajudado, por duas pessoas, que eu já queria propor, Amelinha, que fossem chamados aqui; que é o Pedro Wilson Guimarães, que foi prefeito de Goiânia, e deputado federal; e o Osvaldo Rocha.

Esse depoimento, que o Osvaldo mandou, eu tenho ele desde 1979; até datilografado - para vocês terem ideia de como a coisa é velha - com essa história do Pedro Calmon, que sempre fui muito reticente de botar o nome na roda, nunca quis acusar ninguém, se eu não tenho certeza.

Mas, como o Rochinha botou o nome, vamos botar o nome e propor. Ontem, falei com o Pedro de novo, Pedro Wilson, ele falou: “Ó, Neto, chama eu, o Rochinha e o Pedro. E a gente conversa. A gente conversa. Vamos ver o que ele tem”.

Ele mora em Anápolis, é bem casado, lá. Parece que, logo em seguida - aquela história de que ele estava querendo ir para Goiás, aquela conversa da estação, aí, já tinha a história dele ir para Goiás. Tinha uma história confusa, que ele queria um contato em Goiás. Parece que a namorada dele, já era de lá, essa moça que ele casou em Anápolis, que é de uma família ilustre, lá.

E outras pessoas que entrevistei; um, que acho é falecido, também, que é o Rabelo, de Goiânia, que foi dirigente da AP. (Manifestação fora do microfone. 01:56:44). Então, são as fontes, que eu tenho, para dizer alguma coisa.

O Anivaldo falou uma palavra que eu queria usar, que é o cerco. Eu não fui da AP, mas convivi com eles na clandestinidade; tive o prazer, e a tristeza, de encontrar o Honestino em reuniões marcadas; no último encontro eu não fui, no Cine **Havái**, porque realmente as notícias que chegavam da AP eram um desastre; e eu não sei, perdi a última chance de vê-lo.

Nós estivemos, ainda, na discussão do 1º de maio de 1970; ele participou da reunião - pela AP, acredito - estava lá um pessoal dos sindicatos; ele veio, não falou que ele era ele, as pessoas não sabiam que ele era ele, porque era outra praia, vamos dizer assim; lá no Martinelli, consegui o Martinelli para conversar, estava decadente, o prédio, naquela época.

Mas tive o desprazer de encontrá-lo na rua, sem querer; como outras pessoas encontraram; como Ubaldo Cruz o encontrou em Belo Horizonte; sem ter lugar para ficar, sem contato; isso no final de 1972. Quer dizer, a situação devia estar muito ruim.

Isso não é uma crítica a vocês. É um dado, uma realidade que vocês confirmam. Porque, se passaram aquela fase, sabe como a vida estava difícil para todo mundo.

O cerco é o seguinte. São vários cercos, vários indícios de cerco. Um, que queria retomar aqui, pedindo perdão pelo palavrão, é o depoimento do Gilberto Prata, que acho que a Amelinha estava na Câmara, quando ele fez - você está lá, não tava, quando o Nilmário chamou, lá? Você tava, né. Então.

É um dos documentos mais escabrosos da história da Repressão; de uma pessoa que é presa, fica um mês e pouco preso no DSBC em Goiânia; não fala para a Elza, companheira, o que aconteceu; volta, vive normalmente, arrumou emprego na Eternit; vai para o nordeste, e consegue entregar a direção da AP, particularmente o José Carlos Mata Machado. Essa história está absolutamente comprovada.

Isso gerou uma especulação, pela proximidade de data, que teria a ver com o desaparecimento do Honestino. Pelo que o Rochinha, o Juarez Maia, e que fomos atrás, parece que não tem muito a ver, tem a ver com a queda geral da AP; mas parece, porque o próprio Prata, na fita que gravaram em Goiânia, diz que entregou o Honestino. Pode ser que ele tenha dado a informação, mas ele não tinha, talvez, a ponta para puxar. Mas o José Carlos, está confirmadíssimo, pelas circunstâncias de prisão, por tudo que a gente já sabe; já tem muita coisa.

Tem mais uma situação, que é importante relatar para a Comissão da Verdade. Que é Honestino, o casamento dele com a Isaura estava acabando, ou tinha acabado, e ele retoma uma relação de namorada, de prima, com a Aracy, que é filha do Ubajara Berocan, de Goiânia. Um primo - que é o **Elian** Cardoso, que faleceu muito cedo - por um puro conservadorismo moral, entrega uma carta, dele, para o pai dela; o pai fica enfurecido, que é o Ubajara Berocan.

Nós nunca soubemos disso direito, mas Maria Rosa, um dia vai lá, acho que é a mesma circunstância que ela vai... Eu acho que é o mesmo momento em que ela, é dito a ela... Que ela vai lá, no PIC, onde estive preso também; e a Mariana Vieira, que vou falar daqui a pouco, também esteve presa, que é o DOI-CODI, lá, da região, que era Juiz de Fora, ou o PIC, onde a gente ficava preso, ou DSBC; e, como teria uma visita para ele, no Natal de 1973, ela vai lá com os parentes, faz as comidas que a gente gosta, os doces, as comidas regionais, e quando ela vai lá no Ministério, acho que é no mesmo momento, o general pergunta pra ela, se se ela conhecia o Ubajara Berocan. Ele não relacionou que era irmão dela.

Então, tem uma carta do irmão dela, que é difícil tratar na vida dela, principalmente; a gente fez uma espécie de pacto, para não botar isso na praça, enquanto ela estivesse viva; porque tem outras relações familiares; mas sempre se conversou isso com as pessoas que interessava.

Então, é uma situação muito confusa, porque tem uma carta, dele, do Honestino, para a Aracy, que é entregue ao pai. E tem a prisão da Marina Vieira, que ficou exilada a vida inteira - quem morou em Paris deve ter conhecido - que é irmão do Euler Ivo Vieira, que foi dirigente, também, do PCdoB, depois, e esteve na AP com Honestino. A Marina é presa com a carta do Honestino para a Aracy. E essa carta, de alguma maneira, envolve o Pedro Ivo.

Então, o Pedro Ivo estava... Pedro Ivo... Pedro Wilson. O Pedro Wilson está aqui na ACM, porque tinha quebrado as duas pernas, fazendo um tratamento de recuperação, fisioterapia; e aí tem várias coisas que ele pode esclarecer melhor. Mas, em resumo, esse cerco que você falou, Anivaldo, você está percebendo os diversos pedaços da coisa: a Marina é presa em Goiânia; o Pedro Wilson é preso aqui, vai para o DOI-CODI, ele consegue se esquivar porque é advogado, e estava cuidando da separação, para ver quem ficava com a guarda do filho, da filha; então, essa é uma parte do que chamo de cerco.

Depois, essa coisa do momento, na mesma época, do Gilberto Prata; e essa do Pedro Calmon. Inclusive, quando apresentaram, aqui, o memorial do Paulo Stuart, fala 1º de setembro, está errado, porque a reunião da direção da AP foi 2 e 3 de setembro, no Rio; e a prisão é 4 de setembro, aqui.

Então, como é muito próximo; eu sei disso, porque os depoimentos falam; como é muito próxima a data do desaparecimento do Honestino, nós não sabemos, exatamente, onde é que está a ponta.

Eu queria, só, sugerir que algumas pessoas que o Rochinha cita, que não está nesse depoimento, aí, porque não tinha a ver, que ele tem uma espécie de cisma, fossem ouvidas, reservadamente, pela Comissão da Verdade. Porque, se o Pedro Calmon, que tinha tanta evidência, a gente sempre buscou não denunciar - mas agora, até porque o Rochinha fez - tem de ser ouvido, vamos dizer assim; eu acho que algumas pessoas, porque, por exemplo, tem um caso bastante consistente, está aqui no depoimento do Rochinha, que ele levanta, de uma das pessoas que estavam presas, que se recusa a esclarecer as circunstâncias de prisão.

Então, acho que a gente deveria, talvez no Arquivo do Estado - outra sugestão para a Comissão da Verdade - buscar o inquérito, para ver se aparece alguma coisa sobre isso. Pode ser que esteja em algum documento do DOPS, não sabemos. Pode ser que esteja. Nós temos descoberto coisas; nesse livrinho, aqui, tem coisas que nós descobrimos que não imaginávamos que existisse, de 1965, coisa desse tipo. Vai saber, né.

Querida fazer a sugestão de algumas pessoas serem ouvidas reservadamente.

E, talvez, se vocês que foram dirigentes, que foram participantes da AP, e tiverem interesse, a gente tentar fazer uma coisa que vocês não puderam fazer na cadeia, que acho que a ALN fez. Podem ter qualquer diferença com a ALN, mas a ALN estabeleceu o “quedograma” dela: quando, como, falam o que aconteceu. Acho que isso é um exemplo para nós; dizer quando é que foi, como foi, tinha isso, tinha aquilo.

Claro que saem companheiros chamuscados. Mas o que é que importa, isso? Importa, porque se nós conseguirmos estabelecer as relações, talvez, estejamos mais próximos de achar os responsáveis. O meu problema, não é imputar problema aos companheiros. É saber as pontas que possam nos levar aos responsáveis pelas prisões.

Querida, depois, conversar com o pessoal da Comissão, não sei como é o procedimento, Amelinha, o procedimento formal, mas deixar registrado isso, que se buscasse, apesar do intenso trabalho de pesquisa, dos vários encontros que o pessoal da

AP já fez... Como sou um sapo de fora, e ainda tenho a pecha de ter sido anarquista, trotskista; quando é para xingar, acham-se muitas palavras, então sinto que havia uma espécie de me tirar da conversa. Não com você, com outras pessoas, que sempre fomos muito próximos, e outros camaradas; mas, eu percebo que há uma dificuldade enorme de saber o quando, como e quem.

Eu tive essa dificuldade; e acho que aqui, na Comissão da Verdade, nós deveríamos buscar um outro procedimento. Por isso acho essencial ouvir o Pedro Wilson. Ouvir – por exemplo, tem um incidente aqui em São Paulo, que a dona Estela, que é a mãe da Aracy, que é essa moça que está em Goiânia, dirige o Clube Jaó hoje, o Honestino liga, e a dona Estela, para preservar a própria filha, e em certo sentido também o Honestino, que era primo, dá uma desculpa qualquer, e entende que ele não pode ir ao hotel, encontrar a Aracy. O próprio Pedro Wilson, quando está sendo preso na ACM, recebe uma ligação do Honestino, e trata ele como aluno que está enchendo o saco: “Ó, estou ocupado, não me enche o saco”.

Então, havia uma situação muito perigosa, pelos diversos depoimentos. Aí sim, para encerrar, quero sugerir que vocês ouçam o Pedro, o Osvaldo e, se possível, a gente lá em Goiás, em Anápolis, ir atrás do Pedro Calmon, que deve ser um senhor bem-sucedido na vida, que desde que está lá... Opa, o relógio está avisando que meu tempo acabou.

Acho que é isso, Amelinha, são fatos, apenas. Tem aí, boa parte desse material eu passei a várias pessoas, passei muitas coisas para a Beth, que fez uma pesquisa extensa, depois disso, deve ter mais fatos para acrescentar, depois do almoço; mas os fatos que sei, são esses.

Peguei esse pedido, 1, no Arquivo do Estado, documento do DOPS, mesmo que os militares não deem os documentos; ver as conexões possíveis, das pessoas apontadas, pelo Rochinha, nos seus depoimentos. No inquérito sempre sobra alguma coisa, não sei se alguém já leu isso com calma; e os processos. E ouvir essas pessoas. Não sei se tem alguém do Rio que valha a pena, que tenha fatos, porque eu já ouvi história do Honestino morto na Amazônia; sessão espírita - com o maior respeito à dona Maria Rosa, que foi o consolo na vida dela foi se tornar espírita, foi muito bom para a vida dela, com paz – mas, fatos são fatos.

As pessoas têm nome, as coisas acontecem até certo momento, ou alguém recebeu um telefonema, coisas assim. Então, eu tenho muita dificuldade de lidar com isso. É isso, aí, Amelinha, tá?

Obrigado. (Palmas.)

**A SRA. AMELINHA TELES** – Obrigada, Neto.

Nós ainda não ouvimos o memorial do Honestino e a apresentação do resumo, da importância que foi Honestino, porque esta audiência é para esclarecer ou buscar condições para que haja o esclarecimento. Mas, também, é uma homenagem a uma pessoa como Honestino; porque a pressa do Neto, a gente mudou a dinâmica. Mas nós vamos voltar, às 14h.

O nosso encaminhamento, nós vamos ouvir o Pedro Calmon, nós vamos chamar, vamos ter de ter outra audiência para o Honestino, para ouvir o Pedro Wilson e o Osvaldinho Rocha, principalmente. E vamos solicitar, da Comissão Nacional, essa fita do Gilberto Prata, que já morreu, não pode ser ouvido. Mas, talvez, a Madalena Prata, que estava junto - porque essa fita tem algumas pessoas que a gente conhece, que estão vivas - para que possam facilitar o entendimento da própria fita, as circunstâncias; porque o Gilberto Prata foi, realmente, infiltrado, e recebeu salário, da Repressão, para entregar os companheiros; e isso é declarado, e ele fala disso, desde a época da Anistia, até a morte dele. O que não justifica, não tem arrependimento de ter feito isso.

(Manifestação fora do microfone. 02:12:10)

Ele usou a condição dele, de parente, de cunhado, de irmão, para potencializar a sua ação para a Repressão. Ele facilitou, muito, o trabalho da Repressão, porque, quando você tem um irmão que você não sabe que é infiltrado, você jamais vai pensar que ele é o cara que vai te entregar.

Então, ele foi um dos cachorros, da turma que funcionou aqui em São Paulo, e no Brasil todo; mas aqui foi comandado pelo Dr. Ney, que era o capitão Ênio; e ele, e outros. A gente sabe que outros, não só na Ação Popular, como em várias organizações. As organizações, muitas foram dizimadas com esse trabalho de infiltração, também, e a gente sabe disso.

Então, eu acho que essas recomendações e essas resoluções vão para a Comissão da Verdade.

**A SRA.** – Eu falei com Osvaldo Rocha, a gente conversou sobre esta audiência de hoje; ele mora em Palmas, e por isso que não pôde estar aqui, e ele sugeriu que fosse ouvida, em relação ao Honestino, a Doralina, que era, na época, dirigente; e ela teria bastante informações sobre os últimos períodos de vida do Honestino.



**A SRA. AMELINHA TELES** – Ela era dirigente nacional da AP; então, é interessante. E ela esteve aqui, por ocasião da audiência do Fernando Santa Cruz, e ela deu um depoimento muito forte, muito bonito. A gente pode, também, incluir o nome da Doralina.

Agora, o Neto vai fazer uma homenagem ao Honestino.

**O SR. SEBASTIÃO LOPES NETO** – Honestino é um mito, principalmente para o pessoal estudante. Primeiro aviso: ele não era bonito. Mas era uma pessoa extremamente charmosa, cativante, e fazia o maior sucesso com as mulheres.

**A SRA. AMELINHA TELES** – Não era bonito, não?! Olha aqui!

**A SRA.** – Era bonito, sim. Era bonito, sim!

**O SR. SEBASTIÃO LOPES NETO** – Tá bom, temos divergência. Temos divergência.

**A SRA.** – Era bonito, sim! Era lindo! Era lindo!

**O SR. SEBASTIÃO LOPES NETO** – Além do mais, uma coisa consensual nas pessoas que conversei, além da convivência com ele, uma disciplina férrea. É difícil você imaginar uma pessoa com 20 e poucos anos, acho que 26, 27 - quando morreu. Tudo bem que a gente amadurecia cedo, na época; na vida; porque esses meninos trabalhavam, eu acho, o pai deles tocava um cinema pequeno em Itaberaí, eles trabalhavam, quando mal a cabecinha deles alcançava a altura da bilheteria do cinema; só para vocês terem ideia como a vida é; é um tipo de educação que tiveram, que tivemos.

Maria Rosa; era uma professora primária, que comprava clássicos para os filhos, e lia todas as noites. São coisas, que talvez as pessoas que conviveram com ele, não saibam.

Dito Monteiro, o pai dele, que foi o que conseguiu namorar a moça mais bonita da cidade, e casar com ela; punha ele no balcão do bar, e dizia: “Quando você crescer, onde você vai estudar?” Ele dizia: “Vou estudar na União Soviética”.

Quer dizer, você tem uma cultura comunista que vem do pai da Maria Rosa, Belarmino Leite, que não se sabe direito a relação com a Coluna Prestes, que passou muito ali perto; mas, como era uma tradição do comunismo goiano, eles eram homeopatas, um pouco espíritas, e comunistas. Eu conheci muitos assim. Em Goiás era assim.

Então, no aniversário dele, por exemplo, no aniversário de 60 anos dele - do Belarmino Leite - tinha uma bandeira do Brasil, e da União Soviética, no bolo de aniversário.

Era uma cultura. Lá em Itaberaí, tem um cara que tem um comércio, lá, que chama Zhukov. Quem é Zhukov? É o general, da II Guerra Mundial, que vai fazer a homenagem final a Stalin, na derrota dos alemães.

Então, é o meio onde se foi criado. E as pessoas diziam: “Dito, esse menino vai virar comunista. Vai virar comunista”. Aí, quando virou comunista, eles diziam: “Também, Dito Monteiro ficava mandando o menino dizer que ia estudar na União Soviética”.

**O SR. – Lenine Bueno...**

**O SR. SEBASTIÃO LOPES NETO –** Isso, Lenine Bueno Monteiro. Carol Stálin Pires Leal. Todos amigos. O Stálin fazia questão, ele dizia: “Eu sou Carol, para o general polonês; Stálin, por ser Stalin”. Pena que já faleceu também, num acidente de carro brutal.

Então, essa homenagem ao Honestino, e particularmente à Maria Rosa, recentemente falecida, para nós que convivemos de outra maneira com ele, na infância, na adolescência, queria resgatar, quer dizer, as coisas não acontecem por acaso.

Coluna Prestes; enfrentamento com os Caiados, em Goiás; Partido Socialista Brasileiro; tem uma série de coisas que aconteceram ali, que têm a ver com essa matriz de formação, da qual vocês foram conhecendo outro pedaço; porque a gente não pode dizer da vida pessoal dele; que talvez seja bonitinho, agradável dizer para vocês, o orgulho que a gente tem, de ter tido esse tipo de relação.

Obrigado. (Palmas.)

**A SRA. AMELINHA TELES –** Obrigada.

Honestino, presente, agora e sempre! (Palmas.)

**O SR.** – Presente!

**A SRA.** – Presente!

**A SRA. AMELINHA TELES** – Nós encerramos, agora, a 12ª Audiência. Mas nós retomamos a 12ª Audiência às 14h, aqui, neste auditório.

\* \* \*

INTERVALO

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Vamos retomar.

Vou falar do estudante de Geologia, Honestino Monteiro Guimarães, da Universidade de Brasília, grande camarada Honestino Monteiro Guimarães.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2013.

Auditório Teotônio Vilela, na 12ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 26 de fevereiro de 2013, às 16h, na Assembleia Legislativa, no Auditório “Teotônio Vilela”, a oitava de depoimento sobre Honestino Monteiro Guimarães, desaparecido em outubro de 1973.

Esclarecer que, a Comissão da Verdade de São Paulo, pretende realizar todas as audiências abertas ao público, em contraposição à disposição da Nacional, de fazer audiências fechadas.

A Comissão da Verdade não pertence a um grupo de especialistas, mas é um produto da luta de todo o povo brasileiro.

As depoentes, nesse processo do Honestino, serão: Maria Elisabeth Barbosa de Almeida, amiga de Honestino, que escreveu um livro sobre ele; e Cláudio Antônio de Almeida, amigo de Honestino, e membro da Comissão da Verdade da UnB.

Para ler o Memorial, nosso companheiro Ricardo Couto.

**O SR. RICARDO COUTO** – Honestino Monteiro Guimarães, desaparecido em 10 de outubro de 1973. Nasceu no dia 28 de março de 1947, em Itaberaí, Goiás, Brasil. Pertencia à Ação Popular Marxista-Leninista, APML.

Dados biográficos. Nasceu em 28 de março de 1947, em Itaberaí, Goiás, filho de Bendito Monteiro Guimarães e Maria Rosa Leite Monteiro Guimarães; desaparecido em 10 de outubro de 1973. Era casado com Isaura Botelho Guimarães, com quem teve uma filha, Juliana.

Sua família mudou-se para Brasília, em 1960, quando foi inaugurada a nova capital da República. Na cidade, fez a quarta série ginasial no Colégio Elefante Branco, e concluiu o colegial no Centro Integrado de Ensino Médio.

Começou a atuar no movimento estudantil, ainda como secundarista. Foi um estudante brilhante; passou em primeiro lugar, geral, no vestibular para o curso de Geologia, de 1964, da Universidade de Brasília, quando tinha 17 anos. Foi presidente do diretório acadêmico de geologia e, durante uma de suas prisões, mesmo não sendo candidato, foi eleito presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília, FEUB.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Em 29 de agosto de 1968, ocorreu a invasão do campus da Universidade de Brasília; e Honestino foi preso, sob intensa pancadaria, junto com muitos outros estudantes. Ao sair da prisão, e com a edição do AI-5, Honestino foi obrigado a deixar a universidade, quando cursava o último semestre, e viver na clandestinidade.

A mãe de Honestino, Maria Rosa, disse que, naquela época, sua casa foi invadida diversas vezes por policiais, sob o pretexto de o procurarem; e, numa dessas invasões, seu irmão, Norton, com 18 anos, foi levado ao DOPS, e depois ao Pelotão de Investigações Criminais do Exército, para dar informações sobre o paradeiro de Honestino.

Por essa época, seu pai, que passara noites sem dormir, acabou dormindo ao volante, vindo a falecer em 17 de dezembro de 1968. Durante o período de clandestinidade, sempre manteve contato, com sua mãe, por meio de encontros sigilosos.

Honestino foi eleito presidente da UNE, depois do frustrado 30º Congresso, em Ibiúna, São Paulo, e da prisão do líder estudantil Jean Marc Von Der Weid, o presidente anterior.

Três dias antes da edição do AI-5, saiu de Brasília e foi para Goiânia. Entre 1968 e 1972, Honestino viveu em São Paulo, exercendo clandestinamente a função de presidente da UNE, e atuando como dirigente da AP, Ação Popular.

No fim de 1972, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi preso em 10 de outubro de 1973. Depois disso, nunca mais foi visto. Supõe-se que tenha sido transferido para o Pelotão de Investigações Criminais de Brasília, onde sua mãe foi autorizada a visitá-lo, no Natal desse ano. No entanto, no dia da visita, foi avisada que seu filho não estava ali. Seu desaparecimento foi denunciado pelos presos políticos de São Paulo, em documento datado de 23 de outubro de 1975, encontrado nos arquivos do DOPS, em São Paulo.

Antes da sua última prisão, Honestino escreveu o seu mandado de segurança popular, documento nunca concluído, em que visava prevenir sobre seu possível desaparecimento. Nele, dizia aos companheiros: “A minha situação, é de uma vida na clandestinidade, forçada, há quase cinco anos. Neste tempo, sofri vários processos, alguns já julgados. O resultado desses julgamentos marca, com clareza, o particular ódio e a tenaz perseguição, da qual sou objeto. Nada menos de 25 anos, em cinco processos. Todos eles, menos um, referentes às minhas participações nas lutas estudantis, de 1968. Sem maiores provas, sem maiores critérios, essas condenações são algumas das centenas de exemplos a que se viu reduzida a Justiça em nosso país.

É certo que, a Justiça, sendo um instrumento de classe, nunca foi exemplo de isenção e imparcialidade; mas é certo, também, que nunca chegou a tal grau de distorção, a começar da criação dos tribunais de exceção, os tribunais militares.

Depois da brutalidade das prisões, e das maiores violências nas fases dos interrogatórios, onde as confissões forçadas, arrancadas, são obtidas à custa de cruéis torturas, como regra, e de dezenas de mortes, como resultado. Daí, o porquê de não me entregar. Não reconheço, nem posso reconhecer, como Justiça, o grau de distorção a que se chegou neste terreno. A Justiça a que recorro, é a consciência democrática de nosso povo; e dos povos de todo o mundo”.

Providências tomadas por seus familiares. Sua mãe percorreu quartéis, gabinetes de gerais, e de ministros de Estado, sem conseguir nenhuma informação.

No Natal de 1973, disseram-lhe que poderia visitar Honestino no Pelotão de Investigações Criminais de Brasília; mas, lá chegando, disseram que o mesmo não se encontrava preso naquele local. Segundo depoimento de sua mãe, de 22 de dezembro de 1982.

“Um dia, em 13 de dezembro de 1973, recebi em minha casa um bilhete lacônico: ‘Seu filho foi internado no hospital do Rio’. Em seguida, no mesmo teor, um telegrama trazendo a data. Isto é, o mesmo texto, com a data de 10 de dezembro de 1973. Não tive dúvida; fui, imediatamente, tomar todas as medidas possíveis, pois sabia que a nova prisão teria ocorrido.

Busquei Honestino, desesperadamente, por longo tempo; lancei mão de todos os meios e recursos. Contratei advogados no Rio, em São Paulo e em Brasília. Recorri aos Direitos Humanos, à ABI, à Ordem dos Advogados, à Maçonaria; até ao Papa, escrevi. Tudo que me foi possível fazer, fiz. Mantive contatos com as autoridades políticas e militares do meu país, inclusive uma entrevista coletiva com familiares de outros desaparecidos, junto ao então ministro Golbery, de quem recebi pessoalmente uma promessa de resposta, nunca vinda”.

Documentos sobre Honestino - no setor de Análise, Operações e Informações do DOPS de São Paulo - relata suas atividades políticas, a partir de 1965, como estudante da UnB; e suas consecutivas prisões, até 1969, quando foi considerado foragido. Outros documentos do arquivo do DOPS de São Paulo trazem, ainda, informações do período de 1967 até 1979, relacionados à sua militância política, condenações pela Justiça Militar, além de fichas pessoais, com informações resumidas do período de 1966 a 1973, e artigos de jornais sobre seu desaparecimento.

Em 29 de junho de 1974, foi publicada a nota oficial do MDB, no jornal “Diário de Brasília”, indagando do Governo o destino de 11 presos políticos desaparecidos, entre os quais, Honestino.

O seu nome constava na lista de 22 desaparecidos políticos, apresentada ao Chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, pela Comissão Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Paulo, e Comissão de Familiares de Desaparecidos; em agosto de 1974. Seu nome figurava, também, na nota do ministro da Justiça, Armando Falcão, de fevereiro de 1975, emitida em resposta às denúncias dos familiares, e de Dom Paulo Evaristo Arns.

Informações dadas por agentes policiais, publicadas na imprensa. A revista “Isto É”, de 24 de março de 2004, publicou matéria com o título de “Os matadores”, que cita Honestino. “Comandando uma rede de informantes do CIE, Dr. César - coronel José Brant Teixeira -, e Dr. Pablo - coronel Paulo Magalhães -, segundo o ex-sargento do DOI-CODI de São Paulo, Marival Chaves do Canto, também foram responsáveis pelo planejamento e execução, de uma megaoperação em inúmeros pontos do País, para

liquidar, a partir de 1973, os militantes das várias tendências da Ação Popular – AP -, movimento de esquerda, ligado à Igreja Católica. Segundo o ex-agente, entre os mortos estão: Fernando Santa Cruz Oliveira, Paulo Stuart Wright, Eduardo Collier Filho e Honestino Monteiro Guimarães, militantes da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Irmão do reverendo Jaime Wright, Paulo Stuart foi preso e morto em São Paulo, em 1973. Os demais militantes também tombaram, naquele ano, e em 1974, no Rio.”

Seu nome - de Honestino - consta do Anexo de Lei 9140/1995, como reconhecimento, de sua prisão e morte, sob responsabilidade do Estado.

As informações, aqui prestadas, foram tiradas do “Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964 -1985)”.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Vamos compor a Mesa. Maria Elisabeth Barbosa de Almeida; e Cláudio Antônio de Almeida. (Palmas.)

Eu nunca falo, nunca entro nos depoimentos; mas, você sabe que eu estava no primeiro ano de Geologia, em 1969, na USP, e chegaram duas pessoas que tive de buscar: Honestino, chegando de Brasília, e o Genoíno, chegando do Ceará. Eles compunham a nova direção da UNE. Genoíno, pelo PCdoB, quem trouxe foi a Rioko; e o Honestino. Ele ficava direto, lá, na nossa escola.

Queria chamar Elza Lobo. Elza, vem pra cá. (Palmas.)

O Neto depôs de manhã, né, o Sebastião Neto? Quero, até, pedir desculpas para a família Wright, porque não podia estar aqui.

Maria Elisabeth Barbosa de Almeida, com a palavra.

**A SRA. MARIA ELISABETH BARBOSA DE ALMEIDA** – Meu nome é Maria Elisabeth Barbosa de Almeida; em geral, me apresento como Beth Almeida, para encurtar um pouco.

Queria dizer que é uma honra; agradeço à Amelinha, pelo convite para estar aqui hoje; e eu faço questão de dizer que é uma honra, muito grande, estar aqui hoje, diante de militantes heroicos, que resistiram, que suportaram a perseguição, a clandestinidade, a prisão, a tortura; e que estão aqui, hoje, não abandonaram seus princípios, seus ideais, e continuam na luta. Para mim, é uma honra muito grande estar diante deles.

Em segundo lugar, queria falar também da emoção, muito grande, que senti de ver aqui, presentes, os filhos desses combatentes heroicos que tombaram; e que, ao

longo desses anos em que passei estudando e pesquisando para escrever meu livro, eu conheci as histórias deles, compartilhei os sentimentos, o sofrimento deles por tudo que eles sofreram; e, embora a maioria deles já tenha saído, eu queria dizer que me sinto um pouco mãe de todos esses filhos que tiveram seus pais mortos, arrancados deles pela ditadura; mesmo que eles nem sequer suspeitem da minha existência.

Por outro lado, eu me sinto feliz, também, por estar aqui nesta Comissão; por ver uma Comissão como esta; organizar essas audiências, essas sessões, nessa busca pela verdade e pela preservação da memória dos nossos combatentes; que eu considero que é um dever nosso, nós devemos isso a esses nossos combatentes; que é a nossa forma de continuar essa luta que eles começaram, na qual eles se entregaram, de maneira tão heroica, que até a própria vida eles entregaram.

Então, no meio de tanta coisa, eu acho que a gente está avançando um pouco, dando um passo nisso.

Eu queria, também, lembrar que existe uma consigna, muitas pessoas falam para que nunca mais se esqueça, para que nunca mais aconteça. Eu acho que, realmente, a gente tem de fazer com que nunca mais se esqueça; mas, quanto à outra parte, acho que é uma outra história.

Eu acho que, quando começarem a aparecer, de novo, lutas revolucionárias consequentes, pelo socialismo na humanidade, vai acontecer de novo. O que aconteceu depois de 1964, no Brasil, também tinha acontecido em 1935. Então, se houver um novo ascenso de lutas revolucionárias, de lutas populares, nós vamos ter, de novo, um período de perseguição, de guerra de morte, do capitalismo, contra os militantes revolucionários pelo socialismo.

Dito isso, quero lembrar que Honestino Monteiro Guimarães foi um desses militantes, que se entregou de corpo e alma nessa luta revolucionária. Ele tinha uma origem católica, como muitos de nós aqui tiveram; e o positivo dessa formação, era esse sentimento de solidariedade, fraternidade humana e defesa, tomada de posição pelos fracos e oprimidos, que evoluiu para um sentimento de fraternidade pela humanidade, e pelos ideais socialistas.

Então, para não demorar muito nas coisas, já foi lido aqui o memorial sobre Honestino, eu fiz questão de trazer essas fotos dele, porque acho que é bem ilustrativo. Inclusive, se tiver alguém da UNE, aqui, queria lembrar que uma foto que a UNE apresenta como sendo do Honestino - um rapaz saltando, enquanto foge da Repressão



numa manifestação - não é do Honestino, aquela foto. É uma foto muito bonita, parece que o garoto está voando, mas só, que não é do Honestino. Essas todas aí, são.

Então, queria falar, retomar as coisas que o Neto falou aqui, de manhã. Eu não ia falar do nome, porque não é alguma certeza absoluta, mas como já foi ventilado, o Pedro Calmon. Na verdade, o Pedro Calmon, tem o sobrenome de Marques Teixeira, Pedro Calmon Marques Teixeira, o nome completo dele. Ele era militante da Ação Popular Marxista-Leninista, e ele fazia parte da direção nacional da UNE, que foi eleita em 1971.

Em 1968, teve o congresso da UNE que foi abortado pela polícia, mas que foi continuado, de escola em escola. Houve os tais mini congressinhos, que foram organizados pelo José Roberto Almeida Arantes, que tinha sido vice-presidente da UNE na gestão anterior.

Então, os congressinhos fizeram, localmente, de escola em escola, a eleição, que foi ganha pelo Jean Marc Von Der Weid, e foi também discutido o programa, o plano de lutas da UNE para aquele período, que seria 1969 e 1970.

Em 1971, numa situação de extrema dificuldade, de clandestinidade, já havia pessoas sendo perseguidas, muito intensamente, caçadas; o próprio Honestino era ameaçado de morte, toda vez que alguém conhecido dele era preso. E houve um congresso, limitado, na verdade, mas existiu, no Rio de Janeiro, e nesse congresso foi eleita uma diretoria para a UNE, na qual o presidente era o Honestino.

Um dos diretores, dos membros dessa diretoria, era exatamente o Pedro Calmon Marques Teixeira, que tinha vindo do Rio Grande do Sul. E ele era uma pessoa da direção nacional, o encarregado estudantil, encarregado da AP para assuntos estudantis, e era uma pessoa muito próxima de Honestino.

O codinome dele era Chico, vou me referir dessa maneira, para evitar mais constrangimento. E tem uma descrição física dele. Era um rapaz baixinho, cheinho, tinha cabelos um pouco crespos, e um nariz meio arredondado. E, esse Chico, era um contato do Geraldinho Siqueira, que estava no CA de Geografia da USP; e esse Chico então, frequentava a casa do Geraldinho. Era muito bem tratado, a mãe do Geraldinho dava comidinhas para ele, agradava, porque ele era uma pessoa meio carente, meio solitária. E, uma vez, ele teve uma espécie de crise de choro, chorou no ombro da mãe do Geraldinho, ela consolou, e tal.

Só que, mais tarde, nessa reunião que já foi citada aqui, no começo de setembro, que deve ter sido entre o dia 2 e 3 de setembro, no Rio de Janeiro, houve essa reunião

com a direção nacional; havia inclusive uma pessoa, um operário chamado **Antonio Lourival Soares**, que assessorou essa reunião; ele, infelizmente, faleceu ano passado, teve câncer.

E, nessa reunião, estavam vários membros da direção nacional, estava Honestino, estava o Jair Ferreira de Sá, a Doralina Rodrigues, o próprio Paulo Stuart Wrigth, estavam nessa reunião. E, então, lá o Pedro Calmon, o Chico, teve outra crise, uma crise de pânico, um ataque. E, aí, disse que ia sair da Organização, que ia largar tudo; aí os companheiros acalmaram, disseram que não, que ele não saísse, e o convenceram a ficar na Organização.

Aí, acaba a reunião. Quem tinha de vir para São Paulo, veio. O Chico, então, saiu direto da rodoviária e foi encontrar dois militantes da Organização, de manhã cedo, já. Saiu da rodoviária e foi encontrar direto, com eles. Os dois, então, foram presos no mesmo dia. Eu vou abrir os nomes, Beatriz Bargieri e Marcelo Chueiri. Os dois foram presos no mesmo dia. A Bia, inclusive, fala que ele deu, assim, uma espécie de beijo de Judas, nela, porque ele chegou e abraçou-a, para que alguém visse, e soubesse quem era. Ela, então, foi presa no mesmo dia; e o Marcelo Chueiri, também. Isso foi aqui em São Paulo, de manhã cedo. Ele era da Poli, nessa época.

Aí, o Marcelo Chueiri me relatou o seguinte: que ele foi para a OBAN – foi preso na OBAN -, e lá, ele viu chegar o Chico, no dia 4 de setembro de 1973, de manhã, ainda. Ele viu o Chico chegar; só que, assim que ele viu o Chico chegar, pegaram Marcelo e colocaram numa solitária, ali na OBAN; e ele ficou na solitária durante 50 dias, sem poder falar com ninguém. Quer dizer, era 4 de setembro, então ele ficou o mês de setembro inteiro, e até quase o fim de outubro. Depois, ele foi colocado junto com os outros presos, e saiu da prisão só em dezembro.

Então, a única pessoa que ficou sabendo da prisão desse Chico, foi o Marcelo Chueiri, que ficou sem contato com ninguém da Organização, não pôde avisar para ninguém, da Organização, que esse fulano tinha sido preso.

Aí, tem a continuação da história também. De manhã, então, ele encontrou com a Bia e o Marcelo. À 1h da tarde, ele foi para esse ponto com o Paulo Stuart e o Osvaldo Rocha. O Osvaldo Rocha, disse que foi na Barra Funda; o Otto Filgueiras, que é o historiógrafo da AP, disse que não era na Barra Funda, era na Água Branca, porque ele investigou. Eu só estou vendendo o peixe, pelo preço que eu comprei.

Então, o Osvaldo Rocha estava lá, esperando o Paulo Stuart, e aparece o Chico, para ele, dizendo assim: “Olha, o Paulo Stuart vai se atrasar; então, ele me mandou falar

com você, porque eu vou viajar para Goiânia e quero que você me dê coordenadas de pessoas lá, me dê contatos, para eu encontrar lá. Vou viajar para Goiânia; eu aproveito e vejo minha namorada, que mora lá”.

Aí, o Osvaldo Rocha deu-lhe uma bronca, disse que não ia dar contato nenhum para ele, porque a direção tinha tomado a decisão de ninguém viajar, ninguém se movimentar, porque era a Semana da Pátria, e a Repressão estava mobilizada.

Aí, o Paulo Stuart chegou, o Osvaldo reclamou com o Paulo Stuart, porque ele abriu o ponto para o Chico, porque autorizou a viagem. O Paulo Stuart aceitou as críticas; e aí, continua como o Neto leu, no depoimento do Osvaldo.

Os três tomaram o trem, perceberam que estavam sendo seguidos, ou acharam que estavam sendo seguidos; aí, combinaram que o Osvaldo desceria – o Osvaldo desceu primeiro -, ficaram, então, o Paulo Stuart e o Chico. E aí, a combinação era que o Paulo Stuart desceria e faria um percurso tortuoso, e tal.

O Osvaldo foi preso no mesmo dia; chegou em casa, ele já foi preso. Aí, foi para a OBAN, e, lá na OBAN, ele disse o seguinte: que, quando ele foi interrogado, começaram a mostrar fotografias para ele reconhecer; e o fulano que estava interrogando foi puxando as fotos; e o Osvaldo percebeu que tinha uma, lá, desse Chico, mas o cara que estava interrogando pegou e virou a foto, escondeu a foto, e não perguntou nada sobre esse Chico. Também não perguntou sobre Paulo Stuart.

E aí o Osvaldo viu, teve a história do colírio, teve a história do agasalho do Paulo Stuart, que ele reconheceu. E ficou por aí a história.

O tal do Chico voltou para a USP; ele não foi a Goiânia, realmente; voltou para a USP, e disse que não tinha sido preso, falou na USP que não tinha sido preso. Como ninguém sabia, o Osvaldo Rocha desconfiou, quando não perguntaram nada sobre ele e nem sobre o Paulo Stuart; ele pensou, os dois devem estar presos. Mas ele, também, não teve nenhuma confirmação.

Então, normalmente, a Organização dava uma quarentena para um cara que saía da prisão, para, exatamente, manter a segurança dos outros. Mas não houve quarentena para esse Chico, porque ninguém sabia que ele tinha sido preso, de fato.

Então, isso foi no começo de setembro; e em 10 de outubro – aliás, aí, depois eu vou falar, tem uma ligeira controvérsia aí.

Depois, nesse começo de outubro, o Honestino foi a um ponto no Rio de Janeiro. Ele morava no Rio de Janeiro, num apartamento, no Cosme Velho, com a companheira

dele. Ele saiu para ir a esse ponto, avisou a ela, como ele costumava fazer: “Olha, se eu não voltar, é porque estou preso; divulga o mandado de segurança popular”.

Nesse dia, ele saiu para o ponto, e não voltou. Segundo o Otto Filgueiras, que é o historiógrafo da AP, esse ponto era na Estação das Barcas, lá no Rio de Janeiro, Praça XV; mas, isso não é uma coisa confirmada, ele próprio não confirmou; mas, supõe-se que era isso; e era um ponto de chegada de alguém de São Paulo, provavelmente.

Então, tem essa história. Eu, realmente, não posso chegar e acusar, dizer que foi o Chico; mas, existe toda essa soma de indícios. Esse rapaz acabou se afastando da Organização; e, pelo jeito, ele acabou casando com a tal moça, a namorada de Goiás. E parece que foi morar em Goiás; mas, também, tem uma história que ele teria voltado para o sul, porque ele tinha família lá; e, depois, possivelmente, foi para Goiás, onde casou; e, possivelmente, vive até hoje.

Então, era uma pessoa que poderia ser ouvida, acredito que ele não quisesse falar numa audiência pública; talvez ele pudesse ser ouvido numa audiência reservada, privada, para que ele pudesse ter mais liberdade para falar.

Isso foi o que consegui apurar nas minhas conversas com vários militantes da Organização, que me deram essas informações todas, inclusive, confirmadas pela Doralina Rodrigues, que não confirmou suspeitas sobre outras pessoas.

Ela descartou as suspeitas sobre outras pessoas, que até tiveram comportamento ruim na prisão, mas, segundo a Doralina, não eram pessoas que tivessem informações que pudessem afetar a prisão do Honestino. Mas, essa pessoa, aí, é possível. E, é possível, que a prisão do Paulo Stuart, e do Osvaldo Rocha, se deva a ele; a do Marcelo Chueiri e da Bia Bargieri, também; e, é possível que, algumas semanas depois, o Honestino também tivesse sido atraído para essa armadilha, por essa pessoa.

Então, tem o nome completo dele, aqui. E, possivelmente, ele mora em Anápolis, Goiás.

Então, agora eu queria relatar aqui que eu mantenho um site [www.honestinoguimaraes.com](http://www.honestinoguimaraes.com), ou [.com.br](http://www.honestinoguimaraes.com.br) ou [.org](http://www.honestinoguimaraes.org). Que foi criado a pedido do Luiz Carlos Monteiro Guimarães, que é o único irmão sobrevivente do Honestino. Ele me passou os documentos da família dele, então existe esse site, pediria até que as pessoas visitassem. O endereço é esse: [www.honestinoguimaraes](http://www.honestinoguimaraes). A extensão pode ser [.com](http://www.honestinoguimaraes.com), ou [.com.br](http://www.honestinoguimaraes.com.br), ou, então, [.org](http://www.honestinoguimaraes.org). Tem lá algumas informações a respeito do Honestino, da vida dele.

Aí, nesse site, no dia 13 de outubro de 2012, ano passado, chegou uma mensagem, que vou ler exatamente como estava, de uma pessoa que autorizou, inclusive, que o nome dela fosse citado em comissões da verdade; uma moça chamada Aparecida Schoenacker.

Ela diz o seguinte: “Estive presa no DOPS de São Paulo, de 17 a 31 de janeiro de 1974. Quando da invasão da minha casa, foi achado, num dos livros, um panfleto distribuído na USP, na Ciências Sociais, sobre o desaparecimento do Honestino. No interrogatório final, para minha liberação, referiu-se ao panfleto subversivo; ameaçou-se fazer uma devassa no centro estudantil do curso; e, um investigador que estava presente, falou: ‘Ele está morto’. Na hora, retruquei: ‘É? Eu não sabia’. Resultado: a grave prova contra mim, que estava sendo registrada pelo escrivão, foi retirada do depoimento”.

Então, isso, em janeiro de 1974; ou seja, três meses depois da prisão do Honestino. Já havia um investigador de São Paulo, então, que declarou, lá no DOPS, que Honestino estava morto.

Aí, nesse mês de outubro de 1973, houve vários dirigentes da Ação Popular Marxista-Leninista que foram presos, em dias próximos. No Rio, foi preso Humberto Albuquerque Câmara Neto, no dia 8, no Rio de Janeiro; e é um desaparecido.

Honestino Monteiro Guimarães foi preso no dia 10, também desaparecido. Isso em outubro. A história do Paulo Stuart e do Osvaldo Rocha, Bia Bargieri e Marcelo Chueiri, foi em setembro.

Mas, em outubro, então, houve: Humberto, Honestino; depois, o José Carlos Mata Machado; e o Gildo Lacerda. Todos eles foram presos, e todos foram mortos. O Humberto foi preso no dia 8, no Rio de Janeiro; o Honestino, no dia 10, no Rio de Janeiro; Mata Machado, aqui na saída de São Paulo, no dia 19; o Gildo Lacerda, na Bahia, no dia 22. E todas essas prisões, com a morte em consequência, supõe-se que tenham sido em função da operação do CIE, que foi montada com a ajuda do cunhado de José Carlos da Mata Machado.

Essa pessoa, que já se comentou aqui, que é falecida hoje em dia, fez um acordo com a Repressão, trocando a vida da irmã dele, que era casada com Mata Machado, e da própria esposa dele, pela vida do Mata Machado.

Ele declarou, na Comissão Externa dos Desaparecidos Políticos da Câmara, em 1992 - o Neto deve ter a cópia desse depoimento -, que ele não chegou a ser torturado, que foi medo e covardia que o levou a fazer esse acordo com a polícia. Ele passou a trabalhar, assalariado; arranjavam emprego de fachada para ele, e ele recebia salário dos

órgãos de Repressão. Isso durou décadas. O nome dele é Gilberto Prata Soares, irmão da Madalena Prata Soares, que era casada com o José Carlos Mata Machado. E os termos do acordo, segundo o próprio Gilberto, foram esses.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Mata Machado foi preso aqui, em São Paulo?

**A SRA. MARIA ELISABETH BARBOSA DE ALMEIDA** – Foi, na saída de São Paulo. Ele estava pronto para sair de São Paulo. O pai dele queria que ele saísse do país.

Aí, segundo Gilberto, era uma equipe do próprio Fleury que queria impedir que ele encontrasse o pai, porque o pai dele tinha sido deputado, era Edgar Mata Machado; então, eles foram em cima, para evitar que ele chegasse a encontrar com o pai.

E o Gilberto Prata Soares, como era irmão da Madalena, cada vez que perdia o traço do Zé Carlos, ele ia atrás do pai; e conseguia restabelecer a campana em torno dele.

Então, houve essas quatro mortes que, provavelmente, são resultado dessa operação, que contou com a colaboração do Gilberto Prata Soares.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – O Marcelo Chueiri ainda está morando em São Paulo?

**A SRA. MARIA ELISABETH BARBOSA DE ALMEIDA** – Mora. Mora em São Paulo, em Guarulhos.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Ele está em condições de depor?

**A SRA. MARIA ELISABETH BARBOSA DE ALMEIDA** – Sem dúvida. Acho que ele deporá, sem problemas.

Então, teve essa situação.

Agora, o Gildo e o José Carlos, é certo que foram mandados para Recife, para o DOI-CODI de Recife. Há testemunhas, pessoas que estavam presas, que viram, inclusive, o Mata Machado lá, pedindo socorro, dizendo que estava morrendo, mesmo;

e as pessoas não podiam fazer nada, evidentemente; mas testemunharam depois, porque a polícia colocou no jornal uma história maluca, de que houve um tiroteio na Avenida Caxangá; mas, há testemunhas, de que não aconteceu nada disso; que eles morreram, sob tortura, na prisão.

Agora a gente faz um hiato, aqui, e vamos para uma reportagem de um repórter chamado Raimundo Rocha, que saiu no “Correio Brasiliense”, que é o jornal de maior circulação de Brasília, em 26 de abril de 1992. Essa reportagem, fala que a investigação do desaparecimento do Honestino, foi retomada por uma Comissão de Direitos Humanos, criada na seção da OAB do Distrito Federal. O responsável por essa investigação, era esse Kakay, que foi advogado até do Sarney, do Zé Dirceu também, nessa história do 470. O Kakay começou a fazer essa investigação, começou a sair na imprensa e tal.

Tem outra coisa aqui. O José Luiz Clerot, que era advogado e foi parlamentar, deputado pela Paraíba, me disse, pessoalmente, que ele tinha um informante lá em Brasília, um escrivão, que telefonou para ele e disse: “Apagaram o Honestino, em Recife”. O Clerot me contou essa história. E esse escrivão, o Clerot deu o nome dele aqui, disse que ele se aposentou e vive em Natal, Rio Grande do Norte. O Clerot me deu essa informação em 2008; que esse escrivão morava em Natal, no Rio Grande do Norte, que tinha telefonado para ele, em 1973, dizendo que o Honestino, que a polícia apagou o Honestino em Recife.

E, nessa reportagem, de 26 de abril de 1992, o Clerot levanta essa hipótese que o Honestino poderia ter sido morto em Recife, para camuflar a morte, para desligar dos acontecimentos, lá.

Aí, tem mais um desdobramento nessa história. Tem uma outra reportagem, que saiu em outro jornal, “Jornal de Brasília”, de 9 de agosto de 1992, ainda sobre investigação da Comissão de Direitos Humanos da OAB, presidida pelo Kakay, sobre o desaparecimento do Honestino.

Aí, nessa reportagem, aparece outra história, que é a seguinte: como aquilo estava saindo no jornal, estava chamando a atenção, a secretária da OAB, na época, conta que recebeu um telefonema de uma pessoa que tinha uma voz muito grave, muito profunda, e que dizia que tinha remorsos, não queria morrer com aquilo na consciência.

Então, essa pessoa disse que foi à Base Aérea de Brasília, num Fusca, com outro agente, buscar Honestino, que estava chegando de avião. E eles levaram Honestino – esses dois agentes levaram o Honestino - para o PIC, Pelotão de Investigações

Criminais, de Brasília. E, segundo essa pessoa, houve uma sessão de tortura em que o Honestino não suportou, e morreu.

Esse informante, inclusive, indicou um local onde teria havido o sepultamento do corpo, que, na época, em 1973, pertencia ao Exército. Mas, em 1992, tinha passado para a companhia estatal de Brasília, de eletricidade, a CEB. Disse o Kakay que foi lá, fez buscas no local, mas que não conseguiram encontrar nada.

Esse informante deu dois telefonemas à OAB, nunca se apresentou pessoalmente, e nunca se identificou; e, depois, a história morreu.

Eu procurei o Kakay, quando eu soube dessa história, quando peguei o dossiê da família e vi esse recorte de jornal. Eu fui procurar o Kakay, pedi a ele cópia daquele processo da investigação; ele disse que estava tudo na OAB. Ele ligou para o presidente da OAB, que era uma pessoa conhecida dele, com quem ele mantinha boas relações, eu vi ele falar ao telefone, acho que ele até me pôs para falar com o Francisco Caputo, que era o presidente da OAB, na época. Esse Francisco Caputo se mostrou amigável, disse que iria localizar o processo, e encarregou uma pessoa da OAB de procurar esse processo, para me entregar.

Eu passei uns 15 dias, telefonando quase todo dia para a OAB, para perguntar se a moça tinha encontrado, era uma secretária lá, se tinha encontrado o processo. Ela disse que procurou, e não conseguiu encontrar, não conseguiu localizar esse processo, que não estava lá a OAB; tinha desaparecido, não sei o que foi. Sei que esse processo nunca apareceu.

Aí, outra coisa também; a dona Maria Rosa esteve em conversa com um general, que não sei identificar quem é, pode ser o Antonio Bandeira, lá em Brasília, que autorizou uma visita no dia 24 de dezembro. Dona Maria Rosa juntou a família, fizeram as comidas, levaram presentes, juntou amigos, e foi aquele bando de gente para o PIC, para visitar o Honestino.

Esperaram a tarde inteira; aí, chegou uma hora que foram lá reclamar: “Como é, a gente está esperando, aqui”. Aí, chegou um oficial, lá, que disse que não tinha ninguém com aquele nome ali. Honestino não estava ali. Aí, foi todo mundo embora.

Enquanto eu estava lá, falando com pessoas, eu conversei com uma amiga da dona Maria Rosa, que tinha uma filha; essa filha tinha um noivo. O noivo era tenente do Exército, e tinha um outro amigo, que também era tenente do Exército; e os dois frequentavam a casa da moça, cuja mãe era amiga, muito próxima, da dona Maria Rosa.



Essa senhora me disse que esses dois tenentes - o noivo da filha e o outro tenente - falaram que tinham visto Honestino lá no PIC. Eu falei, por telefone, com a própria noiva, e ela me garantiu que ele, realmente, tinha dito isso, que Honestino esteve lá e que esse tenente viu Honestino lá no PIC. Isso foi uma permanência que teria durado cerca de um mês.

Esse senhor continua em Brasília, não está mais no Exército, hoje é sub-procurador da Justiça do Trabalho; eu tenho as coordenadas dele, tem aqui, eu deixei anotado aqui. Mas eu prometi, jurei de pés juntos, para a amiga da dona Maria Rosa, que nunca diria o nome dela nem da filha dela; mas o do fulano, poderia ser procurado. Só que dizem que ele é um adepto da ditadura, diz que fizeram certo, que foi isso mesmo, e que devia ser assim.

A própria dona Maria Rosa, quando esteve lá, conversando com o tal general, disse que ele tinha um maço de papéis e que havia uns papéis, já meio amarelos, antigos, do tempo que Honestino esteve em Brasília, na universidade. Mas, que ali no meio, também tinha uns papéis branquinhos, novinhos. E ela diz que viu, lá, um registro da passagem do Honestino, da entrada do Honestino no PIC; e viu, também, a tal carta do irmão, que o Neto falou hoje de manhã, irmão da dona Maria Rosa.

Mas, o fato é que, então, existem esses indícios, que ele teria passado por Brasília e poderia ter sido morto lá.

É claro que tem outras versões. Tem gente que diz que Honestino sofreu uma lobotomia e que foi solto em Fortaleza. Outros, dizem que foi jogado; aquele estudante que foi ferido numa invasão da UnB, diz que os amigos dele, da Marinha, disseram que Honestino foi jogado na Serra da Mantiqueira. Outro, diz que - uma pessoa me disse que, na verdade, o ponto, o dia da morte dele, foi na Praça XI, no Rio de Janeiro, porque ele identificou a Repressão, quis fugir e foi metralhado e morto na hora. Enfim, têm essas versões.

Para mim, a mais, digamos consistente, com possibilidade de ter alguma veracidade, é essa de Brasília, do PIC. O general Bandeira tinha uma sede muito grande dele. Diz uma outra pessoa, lá de Brasília, também, o Jarbas Marques, que o general Bandeira deu a ordem de matar o Honestino.

Então, tem isso. Tem até aquela criatura triste, aquela Taís Moraes, que colocou lá, naquele horroroso livro dela, que Honestino foi mandado para a Casa Azul, no Araguaia, com mais três pessoas; e, que lá, ele foi executado no meio da mata, para disfarçar a morte dele; que eu acho que é uma...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Foi mandado para onde, no Araguaia?

**A SRA. MARIA ELISABETH BARBOSA DE ALMEIDA** – Casa Azul. Ali era o lugar onde ficavam aqueles oficiais, que saíam de Brasília, interrogavam as pessoas e tal.

Mas, enfim, isso que estou dizendo, aqui, é tudo que eu consegui apurar. Eu coloquei neste documento, que vou entregar ao pessoal da Comissão, uma relação de processos dele. Ele tinha mais de 25 anos, eu fiz as contas aqui, dá 26 anos, de condenação; e ele morreu, foi preso, com a idade de 26 anos, justamente.

Eu acabei, dei por encerrada a redação do livro sobre ele, que se chama “Paixão de Honestino”. O título do livro é esse. Quando comecei a escrever esse livro, teve gente que me disse: “Mas, você não vai ter muito o que escrever. Ele passou cinco anos em Brasília, na FEUB; depois entrou na clandestinidade; não deixou obra escrita e tal; você não vai ter muito o que contar sobre ele”.

Mas, eu continuei. Eu tive, muito, o que contar sobre ele, e posso dizer, aqui, que a vida do Honestino abarcava um tempo muito grande, e abarcava um mundo muito grande, um universo.

Eu me sinto muito contente, muito feliz, de ter escrito esse livro. A editora da UnB, eu já assinei, até, um contrato, para publicação; e espero que eles publiquem ainda neste momento, em que está havendo essa movimentação toda em busca dessa verdade; e eu, então, sinto que eu também estou cumprindo um papel, o papel de escrever esse livro, contando a história de Honestino e de muitas outras pessoas, também, que tinham uma relação.

Porque a história do Honestino não é uma história singular - é singular, no sentido de que ele era uma pessoa singular. Tudo que se disse sobre Paulo Stuart, hoje de manhã, também pode ser dito do Honestino. Ele era uma pessoa carismática, cativante, afetuosa. Todo mundo gostava dele. Na UnB, tinha estudantes de Direita, que faziam segurança para ele dentro da universidade, em passeatas.

Ele era uma pessoa de quem todo mundo gostava. Se ele chegasse numa assembleia, e dissesse, vamos sair todos e nos jogar nesse precipício, pessoal saía e se jogava com ele, porque ele tinha uma sinceridade natural, um entusiasmo. Era uma pessoa ardente, apaixonada. Ele nunca quis sair do país. Ele poderia ter saído, acho que,

talvez, até devesse; mas ele não queria. Ele dizia que, se todo mundo saísse, não ia sobrar ninguém; e ele ficaria até o último dia da vida dele.

Então, eu convido vocês todos a visitar o site [www.honestinoguimaraes.com](http://www.honestinoguimaraes.com), ou [www.honestinoguimaraes.com.br](http://www.honestinoguimaraes.com.br), ou [www.honestinoguimaraes.org](http://www.honestinoguimaraes.org).

E eu chamo vocês a responderem, aqui: Honestino Monteiro Guimarães.

**A AUDIÊNCIA - Presente!**

**A SRA. MARIA ELISABETH BARBOSA DE ALMEIDA** – Maria Rosa Leite Monteiro.

**A AUDIÊNCIA - Presente!**

**A SRA. MARIA ELISABETH BARBOSA DE ALMEIDA** – Norton Monteiro Guimarães.

**A AUDIÊNCIA - Presente!**

**A SRA. MARIA ELISABETH BARBOSA DE ALMEIDA** – E, eu concluo, aqui, com uma homenagem a Luiz Carlos Monteiro Guimarães, que é o irmão - o único sobrevivente dessa família -, que foi liderança estudantil em Brasília, e que forneceu uma grande quantidade de material, que permitiram, em boa parte, a feitura do livro e a criação do site.

Muito obrigada, pela atenção de todos. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Obrigado.

No congresso da UNE, que teve em Recife, o pessoal criou a Comissão da Verdade com o nome do Honestino.

Queria, agora, passar a palavra ao Cláudio Antônio de Almeida, amigo de Honestino, e membro da Comissão da Verdade da Unb.

Queria anunciar a presença do companheiro deputado estadual do PT, João Paulo Rillo, que também é da Comissão da Verdade.

**O SR. CLÁUDIO ANTÔNIO DE ALMEIDA** – Nós estamos aqui, desde as 10h, falando sobre sofrimento; falando sobre Stuart, Zé Maria, e Honestino Monteiro Guimarães.

Eu cumprimento a Assembleia Legislativa de São Paulo, em nome de S. Exa., por ter implantado esta Comissão, que, realmente, deve ser um resgate a todas essas pessoas que passaram por todo esse sofrimento, as torturas, e as pessoas que foram assassinadas nos porões da ditadura.

Eu faço parte da Comissão da Verdade da Universidade de Brasília, que tem o objetivo de assessorar, também com informações, a Comissão Nacional da Verdade; buscar, fazer, inventariar, todos os documentos que agrediram os direitos humanos de diversos cidadãos; e nós temos um ano e meio para apresentar resultados.

Quero dizer, que são muitas as dificuldades para se conseguir chegar a um relatório final. Não só em função dos aspectos institucionais, mas, também, em relação às pessoas, que ainda têm medo de prestar um depoimento, que se sentem inseguras, ainda.

Nós temos sentido, em Brasília, que as instituições, principalmente as militares, sonegam as informações; e, quando mandam certas informações, a gente procura ver o que se aproveita ali; praticamente nada, parece um deboche.

Eu falo em Honestino como uma maneira muito fraterna; nós fomos amigos e colegas, desde o que se chamava na época – hoje, o segundo grau - nós fizemos a quarta série ginásial. Uma pessoa, um menino brilhante, inteligente, vivo; com uma capacidade de liderança muito grande. E fomos colegas na quarta série ginásial; depois, no primeiro científico; depois, no CIEM, no Elefante Branco; depois, no CIEM, que correspondia - era o científico na época – hoje, o segundo grau.

E, no CIEM, era uma experiência que Alice Teixeira havia criado, no sentido de que o estudante ingressasse, automaticamente, para a universidade, sem se submeter ao vestibular. Mas, essa experiência não teve consequências positivas.

Nós estudamos no CIEM, que foi uma grande experiência de Darci Ribeiro e Alice Teixeira; e foi, exatamente nesse momento, que nós começamos a tomar consciência política, que nós começamos a conviver com os alunos da Universidade de Brasília, participar dos debates, das assembleias, etc.

E, já havia, desde 1964 - isso foi em 1965 - desde 1964 que já havia a Universidade sendo invadida; primeiro, pelas forças policiais de Minas Gerais, e,

depois, por outros grupos militares, que frequentavam a Universidade, agredindo estudantes, com uma frequência muito grande nas suas ações.

O Honestino era brilhante. Ele tinha uma capacidade de análise, de avaliação, de percepção; e era uma pessoa que lia demais. Lia. Eu me formei em Economia, depois fiz Direito; Honestino fez Geologia; mas, nessa época, nós estávamos ainda no segundo grau, no último ano do científico, e foi quando - eu já estava integrando a Ação Popular - e levei o nome do Honestino, para que pudesse ser submetido a uma avaliação, no sentido de ser convidado a participar do grupo.

E ele era muito conhecido, já, por todas as lideranças da AP; e era o que se falava na época, eu ampliei o Honestino. Fui o primeiro contato político que o Honestino teve, quando nós o levamos para a Ação Popular, que, na época, já contava, inclusive, com Cláudio Fonteles, que foi coordenador da Comissão da Verdade.

Nós fizemos vestibular; e Honestino passou em primeiro lugar, aos 17 anos; e, logo, começou a demonstrar os seus dotes de liderança; e foi quando houve a morte do estudante no Calabouço, do Rio - o Edson Luís de Lima Souto.

Honestino, com a liderança que ele tinha, conforme colocado pela Beth Almeida, ele tinha um carisma, e ele convocou os estudantes a denunciar. Ele fez uma assembleia geral, e aquilo teve uma mobilização que extrapolou a Universidade, chegando, inclusive, às escolas públicas de segundo grau, e, inclusive, às escolas privadas, também, a participar, também, de passeatas nas avenidas de Brasília.

E essa mobilização teve, inclusive, uma participação, efetiva, dos parlamentares. Me lembro de Hermano Alves, Márcio Moreira Alves, vários parlamentares que participavam, inclusive, das nossas assembleias; e também participavam das passeatas; apanharam e tomaram banho do Corpo de Bombeiros - de água -, etc.

Mas, essa situação da vida do Honestino começou a ter, a incomodar muito a polícia, e os órgãos militares da Capital Federal - que, talvez, seja a cidade mais policiada do Brasil.

E, quando houve uma doação de livros, quando Henry Kissinger foi a Brasília, fazer uma doação de livros à biblioteca; e fizeram uma verdadeira chacina. Quando o Kissinger saiu da biblioteca, fecharam a biblioteca e bateram.

**A SRA.** - Era o embaixador, não o Kissinger.

**O SR. CLÁUDIO ANTÔNIO DE ALMEIDA** – Ah, era o embaixador; tem razão.

Mas, quando o Honestino continuou mantendo aquela liderança, e quando foi - incomodava mesmo – e, quando foi em 1968, nós tínhamos um contato muito próximo, e ele havia se casado com a Isaura Botelho, que, por coincidência, era prima da minha ex-mulher; e era difícil fazer o contato do Honestino com ela; então a gente podia fazer, a família dela tinha uma fazenda em Paracatu, em Minas; então, eu fazia uma maneira de levar o Honestino até Paracatu, para se encontrar com a mulher. Ele não pôde, inclusive, se casar; quem o representou, foi o pai dele.

Mas, vários encontros que nós tínhamos em Brasília, com Luiz Travassos, principalmente, que era mais ligado à AP; nós tínhamos esses encontros com uma certa frequência em Brasília. E eu fazia, também, um contato com Uberaba, e Uberaba fazia um contato de AP com São Paulo. E isso era uma forma de receber documentos, passar documentos, encaminhar propósitos. e Uberaba era uma cidade universitária, tinha uma mobilização muito grande, havia muito interesse, e muita participação, na política nacional, apesar de ser uma cidade do interior.

Quando foi dia 29 de agosto de 1968, o Honestino me chamou onde era a FEUB, um barracão, onde funcionava o diretório acadêmico da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília, e perguntou: “Cláudio, estou sabendo que está havendo uma mobilização militar. Você viu alguma coisa, quando chegou?” “Eu não vi nada”. Mas eu fui advertido por pais de amigos – pais de amigos, que são militares - e pediram que eu não viesse à universidade, porque ela seria invadida.

Mas eu transmiti o recado a ele, e falei que, por enquanto, não vi nada de anormal, aqui, nas redondezas. Mas, na verdade, já havia toda uma organização, para invasão da universidade. Eu estava em sala de aula, assistindo aula com o professor Lauro Campos, que veio a ser senador, posteriormente, quando começou uma gritaria: “O Honestino foi preso! O Honestino foi preso!”

E, quando nós saímos, Honestino já tinha sido levado; e deixaram um veículo da polícia dentro da universidade. E aquilo foi uma isca. Os estudantes, revoltados com a notícia de Honestino ter sido preso, o pessoal virou o carro e colocou fogo no veículo. E, menos de cinco minutos depois, todo o aparato militar, Exército, Marinha, Aeronáutica, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil - era uma coisa -, a universidade tinha poucos alunos, porque estava no início, não devia ter 300 alunos, no máximo; e o aparato militar, era quase que 10 vezes maior.

Mas, nós corremos em direção ao chamado ICC, que estava em obras ainda, e fugimos. E eles começaram a atirar. E nós percebemos que estavam atirando com balas de verdade; não eram balas... E, inclusive, atirou num colega nosso, parece que matou outro colega. Isso nunca pôde ser provado; mas, esse Sebastião, teve um tiro na cabeça.

E, dali, nós fomos acuados, e nos levaram com as mãos na cabeça, até uma quadra, que havia dentro da universidade, quadra de basquete. E, lá, começou a ser feita a triagem de quem tinha culpa perante a ditadura.

Mas, eu fui preso logo em seguida, porque me identificaram e levaram preso, e me colocaram na viatura e levaram direto para o DOPS; que funcionava num prédio onde funcionava também o BNDES. E, na garagem existia inclusive, uma cadeia.

E quando cheguei, encontrei dois ou três conhecidos, que já estavam presos lá, detidos, e falaram: “Honestino já passou direto, não aguentou nem o começo”. E disseram: “Vocês três vão ser levados para o Exército”. E fomos levados, pro Exército.

Chegando ao Exército, fomos submetidos a uma pancadaria. Era o pessoal da Polícia Civil, dentro do próprio Exército. Eles batiam de uma maneira desqualificada. Estava vendo o depoimento, hoje pela manhã, em relação à tentativa de aprimorar o aparato militar, em termos de treinar tortura, com mendigos, e realmente era uma verdade. Eles eram despreparados completamente, eram treinados para mexer com marginais. E a maneira como tratavam os estudantes, me lembro, a Maninha, que foi deputada federal de Brasília, uma menina que tem um metro e meio, foi espancada brutalmente, chutada.

Então, realmente eles não tinham preparo. E, posteriormente, esse pessoal foi encaminhado para a Alemanha, para outros países, que tinham uma forma mais eficaz de torturar, sem deixar sequelas. Sequelas físicas.

Nós fomos colocados numa cela, e, a partir daí, de meia em meia hora jogavam água na gente; e a gente era levado, depois, para sessões de tortura. E a tortura, é algo difícil; eu não consigo falar, com muita tranquilidade, sobre tortura, porque a maneira como você se relaciona com o torturador é uma coisa de uma neurose, uma coisa abominável; que você... Chega o momento, em que você começa imaginar qual é o limite do torturador; e o que ele pensa do meu limite; e o momento de ele ter parado de torturar, aquele momento, por que ele parou? Essa relação é muito difícil de ser trabalhada, principalmente quando está envolvido, não somente a sua dor, mas o que eles pretendem, em relação a denunciar um companheiro seu, denunciar uma outra pessoa.

E eu fui levado; num certo momento, me colocaram, fizeram uma acareação com Honestino. Honestino estava totalmente desfigurado. Ele apanhou demais e o militar, o coronel falou assim: “Tá, vendo, olha o líder de vocês, o que sobrou dele, não vale nada”. Ele estava todo sujo. Eles queriam que Honestino dissesse sobre minha participação na AP. E Honestino não falava nada.

E tinha uma vasilha de água, um pote d’água, e eles enfiavam a cabeça de Honestino, várias vezes.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Foi naquela hora da invasão que ele foi preso, da ocupação da universidade, pela tropa? Quando foi?

**O SR. CLÁUDIO ANTÔNIO DE ALMEIDA** – Foi dentro da Universidade de Brasília. Foi dia 29 de agosto de 1968.

Mas colocaram o Honestino na minha frente, e ele foi afogado várias vezes. Várias vezes. Eu imaginava qual é o limite que o ser humano suporta; mas acho que Honestino ultrapassava a dignidade, a amizade, porque era humanamente impossível se suportar aquilo que ele estava passando; fora os choques, fora as pancadas, fora outras coisas que... Mas, ali, era importante para a denúncia.

E, nós continuamos, durante algum tempo, lá; e, na época, eu saí antes do Honestino.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Já era choque de manivela, ou era choque de tomada, ainda?

**O SR. CLÁUDIO ANTÔNIO DE ALMEIDA** – Tinha de bateria e tinha de tomada.

Meu pai era deputado federal, da Arena; Arena era o partido do Governo, da ditadura. E, apesar de ser um homem voltado para a educação, ele se ligou ao partido do Governo; e nós tínhamos alguns conflitos políticos-ideológicos, mas ele sempre respeitou, muito, as minhas posições políticas, e nunca me convenceu a mudar de posição, ou deixar de me envolver com aquele movimento.

E, naturalmente, pessoas do Governo intercederam junto às forças militares, e eu fui solto; mas eu tive de sair de Brasília; porque as forças da Polícia Civil...



**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Qual era o nome do seu pai?

**O SR. CLÁUDIO ANTÔNIO DE ALMEIDA** – Manoel de Almeida, de Minas Gerais.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Antes da Arena, de que partido ele era?

**O SR. CLÁUDIO ANTÔNIO DE ALMEIDA** – PSD, ligado a Juscelino. E foi parlamentar cinco anos - deputado estadual; e teve cinco mandatos federais.

Mas, mesmo assim, eu, eles falaram comigo quando estava sendo inquirido: “Você tem costa quente, né, rapaz. Tem muita gente interessada em você; mas a gente vai levar você para outro lugar, a gente vai botar você num avião; e te levar para algum lugar”.

E eu sabia dessas possibilidades; as pessoas desapareciam com muita facilidade, colocaram num avião e... Mas, parece que a pressão foi grande, e eu acabei sendo solto.

E, posteriormente, tive contato. Honestino depois foi solto, tive contato com ele, e ele foi jubilado, na universidade. Na época, a universidade era dirigida por um reitor, um facínora, um escroque, José Carlos Azevedo. E foi jubilado no último semestre da universidade; estava se formando em Geologia; praticamente, ele não tinha tempo nem de aula, mas ele estava se formando em Geologia; e ele, então, foi expulso da universidade, jubilado. Foi expulso da universidade; porque o jubramento era uma forma de evitar que as pessoas concluíssem o curso. E havia isso, mesmo. Por exemplo, Luiz Carlos fez vestibular, irmão do Honestino, passou e foi impedido de entrar na universidade. O Norton fez concurso para o Senado Federal, para processamento de dados, e foi impedido de tomar posse no Senado.

Os órgãos funcionavam muito em função... A folha corrida era, realmente, um documento que habilitava ou inabilitava qualquer pessoa. Eu, por exemplo, saí de Brasília porque não conseguia emprego em Brasília; e saí para trabalhar em Belo Horizonte; e eu não conseguia, porque minha folha corrida me impedia de trabalhar em órgãos públicos.

Mas, eu estive com Honestino e ele falou: “Cláudio, eu fui expulso, agora vou sair de Brasília, passar uma temporada em Goiânia porque, eu ficando aqui, eles estão

me prendendo o tempo todo; e eu vou passar um tempo estudando, e depois vou seguir para São Paulo. Você me acompanha?” Eu falei: “Honestino, eu não tenho estrutura psicológica, eu não tenho estrutura para suportar o que você está suportando”.

A família dele sofreu demais, toda a família; o pai, a mãe, os irmãos; sofreram muito. E eu não tinha, um pequeno burguês, não tinha estrutura para enfrentar o que havia visto.

Vi o que aconteceu com o filho do Mata Machado, Edgar Mata Machado, um deputado brilhante, o que fizeram com o filho dele. Então, não havia critério. Eu saí. Eu falei: “Eu não tenho condições de continuar”. E foi o que aconteceu.

Eu acho que esse é um momento que tem que se repensar a história do Brasil, tem que se repensar; porque nós estamos falando, aqui, sobre os filhos dos torturados, os filhos das pessoas que morreram. Eu tive uma época, que eu não pude comentar com meus filhos que já tinha sido preso, que eu era um preso político; porque, na época, existiam os cartazes nas rodoviárias, nos aeroportos, das pessoas que estavam sendo procuradas. Eu não tinha condições de falar, com meus filhos, que eu já tinha sido. Isso não era currículo.

E, somente depois que houve um programa na televisão, “Anos Dourados”, que o movimento estudantil, que o rapto do embaixador, passou a ser uma aventura, passou a ser uma coisa romântica, e que, realmente, a juventude passou a dar um certo valor ao que houve em relação àquele movimento político-estudantil; com muito romantismo. E meus filhos ficavam vibrando: “Poxa, meu pai herói”.

Mas, eu tive de mostrar uma outra realidade a eles. Eu vi na fisionomia do Paulo e da menina; e ela, no sofrimento dessa menina, ela ter de mudar o nome, e em Cuba; até em Cuba, ela se sentia insegura. Os pais tiveram de mudar o registro dela, em Cuba.

Os pais sofrem muito. Mas quando fui convidado, pelo reitor da Universidade de Brasília, José Geraldo de Souza, para participar dessa Comissão, eu disse a ele: “Eu, realmente, vou. Eu vou mexer com uma das coisas mais desagradáveis”. E, exatamente, a parte que me coube, foi entrevistar as pessoas que foram torturadas, reviver esse clima de tortura, reviver esse clima, imundo, de sofrimento.

E eu deixei bem claro, eu posso até prestar o meu depoimento, mas eu não quero reivindicar nada. Eu entrei com vontade de participar, desejo participar, tive consequências negativas, até hoje tenho marcas no corpo, no pênis, de tortura.

Mas, eu fui por vontade própria; e eu acho que esse foi um legado que esses mortos deixaram para os jovens, para a sociedade brasileira, num momento em que se

fala em liberdade, se fala em democracia. Então, esse é um grande momento que o Brasil vive.

Agradeço a oportunidade de ter vindo aqui, ter participado; e, mais uma vez, parablenizo a Comissão por esse resgate que faz da História.

Obrigado. (Palmas,)

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Quería passar a palavra à professora Elza Lobo.

**A SRA. ELZA LOBO** – Primeiramente, a surpresa de estar participando desta sessão, na medida em que convivi com Honestino, desde quando ele foi o primeiro aluno de Geologia da UnB. E, naquele momento em que ele assumiu a universidade, logo em seguida ele teve uma prisão. Ele estava ligado à UNE e foi preso; e foi quando conheci dona Maria Rosa, mãe de Honestino, que veio a São Paulo, para que se visse junto ao movimento estudantil, à UNE, como a gente poderia ajudar a que o Honestino fosse liberado.

Ele estava, naquele momento, com 17 anos, era um jovem, adolescente quase, mas com um brilhantismo impressionante. Uma liderança muito forte. E se conseguiu, naquele momento, na FEI, em São Paulo, era onde ficava a liderança da UNE, e se articulou de buscar advogados, buscar uma forma de conseguir que ele fosse libertado. Era uma prisão dentro do meio acadêmico estudantil.

Passados uns tempos, ele participa do Congresso de Ibiúna; ele não ficou o tempo todo lá, mas preparou as discussões para o congresso; e nessas discussões, todas, sempre a figura do Honestino era a figura de uma pessoa brilhante, e que sabia o que estava propondo, e o que estava fazendo. Teve um papel muito forte no congresso da UNE, e teve toda uma participação nas lideranças. Tinha uma forma de contato, muito forte.

Há dois anos atrás, inclusive, numa atividade que teve na Universidade de Brasília, ele voltou a ser homenageado, na medida que, até aquele momento, tinha sido, sempre, o melhor aluno que passou pela UnB.

Então, acho que esse resgate de participação, de presença dele, nos movimentos, foi muito forte. E eu tenho o outro lado, de que nos momentos em que ele estava em São Paulo, ele viveu na minha casa. Então, tivemos discussões pela madrugada, com

grandes conversas; então, ele foi sempre como o grande parceiro, o grande irmão, com quem se partilha as ideias todas.

Eu fui presa no final de 1969, e, nesse momento, ele ainda estava vivendo na minha casa. Então, o problema era tirá-lo de lá, para que não tivesse nenhum problema mais grave - na medida que a casa estava cercada -; ele não tinha chegado ainda, e deu tempo de ser avisado, para não entrar na casa.

Então, eu acho que, como liderança estudantil, eu o coloco entre os mais atuantes, e de uma clareza no seu comportamento, na forma de compartilhar com os companheiros as ideias, sempre avançando. E a caminhada toda, faz com que a gente tenha que ter um reconhecimento - que acho que isso que é importante desta Comissão - de estar trazendo, para os mais jovens, o que se viveu, o que foi possível de realizar, e o quanto, ainda, temos de caminhar para socializar essas informações todas.

A juventude, hoje, não tem uma participação tão ativa, como foi na nossa época. A gente tinha a sua, a minha, uma presença muito forte no meio estudantil, acadêmico; e acho que, esse lado, é o que acho que a gente teria de estar fazendo um esforço de socializar mais, e fazer com que as gerações percebam que têm que estar atuando, que têm que estar na ativa.

Me emocionei muito, quando vi a morte da dona Maria Rosa. E foi num dia em que estava coordenando uma Mesa no Memorial da Resistência, e que estava muito forte, aquele momento, de lembrar da trajetória da dona Maria Rosa, da trajetória da família do Honestino; e a gente não ter a possibilidade de estar presente, junto a eles todos, que tiveram toda essa caminhada.

Acho que, dos três irmãos, só um está, que continua vivo, Luiz Carlos. Agora, pensar que um jovem, com 17 anos, tinha toda essa liderança, toda essa participação, toda essa clareza, para socializar para os demais companheiros essa luta toda, eu tenho um reconhecimento muito forte na figura dele. E que a gente consiga, através desta Comissão, socializar essas experiências, para que a gente consiga que as pessoas conheçam o que foi, e que ninguém fez nenhuma luta porque estava numa caminhada própria, querendo garantir coisas pessoais. Era pensando sempre no coletivo, pensando na sociedade e na transformação, dessa nossa caminhada.

Estou muito emocionada, agradeço a possibilidade de falar do irmão Honestino Monteiro Guimarães. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Vocês sabem que o Alexandre Vannuchi foi morto em março de 1973; e o pessoal da Poli, principalmente Marcelo Chueiri, foi o cara que, a partir da Poli - lógico que teve a Poli, a Física, a Geologia - o pessoal da Poli organizou toda a resistência, a missa do Alexandre, levaram Gilberto Gil na Poli, fizeram o lançamento da música “Cálice”.

Então, esse pessoal da AP, que sobrou da repressão da ALN, fez a resistência daquele ano de 1973; e, depois, eles começaram a ser presos, a partir de setembro, e foi todo mundo embora.

Yuri, pela UNE.

O Caio Túlio conta bem o papel desse pessoal da AP.

Vai lá, Yuri. Com a palavra.

**O SR. YURI PIRES** – Boa tarde, a todos e a todas.

Queria agradecer este espaço aqui. Falar de Honestino, para nós... Meu nome é Yuri Pires, sou 1º vice-presidente da União Nacional dos Estudantes.

Falar de Honestino, para nós, é algo muito importante.

A gente tem, o Adriano lembrou, agora em 18 de janeiro, a gente instituiu a Comissão da Verdade da União Nacional dos Estudantes, lá em Recife, no Conselho Nacional de Diretórios Acadêmicos e Centros Acadêmicos. E lembrar dessa história, pra gente, é muito significativo; e principalmente de Honestino, que a gente costuma chamar de nosso eterno presidente.

É um presidente que sumiu, exatamente quando estava no auge da sua participação, quando estava se doando, digamos assim. É de uma doação, de uma abnegação incrível - o que a gente tem escutado, e o que a gente tem lido nos depoimentos, ou que a gente tem ouvido nos depoimentos das pessoas que conviveram com ele, das pessoas que souberam de sua prisão, que têm informações sobre a vida dele, na pesquisa da companheira. E a gente tem, cada vez mais, buscado e resgatado essa história.

A Comissão da Verdade da UNE tem dado atenção especial à história de Honestino Guimarães, que, além de tudo isso, além de ser... Porque cada depoimento que a gente escuta... Tem um depoimento que diz que eles, todos os crimes que eles cometeram, as torturas, os sequestros, os assassinatos; teve um crime que foi bárbaro, e foi com todo o povo brasileiro, que foi privar o povo brasileiro da convivência, do convívio com os expoentes, de uma geração que se dedicou a construir um Brasil

diferente, um Brasil menos excludente, um Brasil para todos os brasileiros. E, esses expoentes dessa geração, os filhos mais sensíveis desse povo, os filhos mais dedicados desse povo - eles cometeram esse crime atroz, de privar o povo brasileiro desse convívio.

Honestino Guimarães, além de tudo isso que foi falado, que resgatar a história dele é muito significativo - ele ainda era poeta. Eu carrego comigo alguns versos de Honestino, e queria ler, aqui, dois versos, que significam muito para nós, estudantes, hoje em dia.

Honestino dizia o seguinte, em 1965; ainda estudante secundarista. “Eu espero a festa do mundo inteiro, a cantar a manhã que chegou, mais bela que as outras manhãs; porque, a noite que a precede, é uma noite mais negra que o comum das noites todas. Eu espero a festa do mundo; mas, também, eu a construo. Anônimo entre tantos, mas ligado a todos, porque a festa do mundo, que vai chegar, é a festa da manhã geral. Eu luto pela festa do mundo”.

Então, esse era Honestino Guimarães. Ele era de uma dedicação impressionante; e, para nós, resgatar essa história tem sido muito importante.

Honestino Guimarães foi preso, várias vezes, lutando por algo que, ainda hoje, nós lutamos nas universidades brasileiras. Lutando por melhores condições de Ensino, lutando por mais verba para a Educação, lutando por restaurante universitário para todos os estudantes, lutando para que o povo brasileiro pudesse ingressar na universidade, porque, infelizmente, ainda hoje, é uma ínfima minoria deste povo que consegue acessar os bancos universitários.

E Honestino foi preso, diversas vezes, lutando por esse direito, que é o direito à Educação. Esse foi o grande crime de Honestino Guimarães. Em sonhar com um mundo novo, um mundo diferente, pela sua militância comunista, uma pátria socialista diferente, solidária para todos os brasileiros.

Então, o Honestino está presente nessas nossas lutas que nós fazemos hoje; quando os estudantes fazem uma greve, ocupam uma Reitoria, quando os estudantes vão em passeata exigir da Reitoria restaurante universitário aberto para todos os estudantes, quando vão exigir mais vagas nas moradias universitárias, Honestino está presente.

Honestino, que foi privado, por essa ditadura, de estar presente no seu próprio casamento, está presente nas lutas nossas do dia-a-dia.

Honestino, que foi privado de estar no enterro do seu pai, três dias depois da edição do AI-5; e a polícia ocupou o cemitério, e Honestino foi impedido de estar presente no enterro do seu pai. Ele está presente em cada luta que nós fazemos, hoje em dia, porque essa é a luta que nós continuamos.

Honestino não morreu em vão. Esses melhores filhos dessa geração não morreram em vão, porque nós continuamos essa luta. Nós somos todos Honestinos. Essa Comissão da Verdade da UNE não descansará. Os estudantes brasileiros não descansarão, enquanto não esclarecerem a verdade, enquanto não esclarecerem a memória, enquanto não tirarem dos túmulos, desses mortos, as mentiras que contaram, e que continuam a contar sobre eles.

Honestino Guimarães vive nas nossas lutas, porque nós continuamos lutando pela festa do mundo.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado.**

Maria Elisabeth Barbosa de Almeida tem a palavra.

**A SRA. MARIA ELISABETH BARBOSA DE ALMEIDA –** Yuri, obrigada por tudo que você disse. Agora, eu queria fazer uma observação, aqui.

Existe uma estudante da UnB que chegou a se formar, Ieda Santos Delgado, chegou a se formar; mas ela foi estudante na UnB, e um colega da Associação dos Pós-Graduandos da UnB, que tem o nome dela, inclusive, disse que o nome dela não consta da lista da UNE.

Então, queria informar a você que tem essa pessoa; ela é desaparecida e foi estudante da UnB. Ela se formou em Direito, em 1969, e ela desapareceu em 1974. Ela trabalhava no Departamento Nacional da Produção Mineral; e era da ALN.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Quando ela desaparece?

**A SRA. MARIA ELISABETH BARBOSA DE ALMEIDA –** Em 1974.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Queria que a gente mantivesse o contato com o Dr. Cláudio, pela Comissão da Verdade da UnB, para essa troca.

Alguém mais gostaria de se manifestar, de usar a palavra, para mais alguma consideração? (Pausa.)

Primeiro, agradecer a todas as pessoas que vieram de fora de São Paulo, viajaram para cá, para contribuir. Pelo adiantado da hora, tantas horas de reunião.

E ontem teve a reunião da Comissão Nacional da Verdade, com diversas comissões estaduais.

Acho que todos esses grupos, como da UNE, da UnB, que estão se constituindo, são coisas importantíssimas; mas, nós estamos, depois de todos esses relatos, diante do cinismo, e da vergonha, do Estado Brasileiro.

O Estado Brasileiro mantém até hoje, intacto, seus aparatos de Repressão, principalmente de investigação; seja na Polícia Federal, seja no Ministério Público, seja no Serviço Reservado das Polícias Militares. E, por que não, dentro do Gabinete da Presidência da República, a ABIN continua funcionando, investigando e levantando a vida de todos os brasileiros.

Então, nós estamos no país da mentira. Em que pese o esforço, e toda a mobilização deste país, em se obter a verdade, a comunidade de informações, também chamada de Estado Brasileiro, que está no Ministério da Defesa, no Itamaraty, e outros ministérios, da Justiça, continua mantendo segredo, de coisas, que o Estado Brasileiro sabe de sobejo.

Então, em que pese, a verdade só aparecerá, a verdade só aparecerá se nós conseguirmos fazer uma mobilização nacional em torno da busca da verdade. Nenhum documento será entregue, nenhum arquivo será entregue, nenhum torturador será interrogado, se não houver um amplo movimento nacional de massas.

Os torturadores, os assassinos, se consideram impunes, protegidos pela legislação brasileira. E o acordo, que foi feito pela redemocratização do país, e as derrotas que houve - tanto na votação da Anistia, e outras derrotas, na Constituição -, permanecem intactas, às vezes com o beneplácito das autoridades do Poder Judiciário, como a decisão do Supremo, convalidando a Lei da Anistia.

Então, para nós, que somos da geração que passou; e para vocês, das novas gerações, façamos uma Frente e um Acordo, para derrotar o Estado assassino, o Estado torturador, que permanece intacto, nos vigiando, nos gravando, nos perseguindo 24 horas por dia, sedento, para que tenham força para botar a mão em todas as pessoas que resistem ao sistema capitalista, à opressão e à miséria; como perseguiram Dom Pedro



Casaldáliga; recentemente, tentaram pegá-lo, lá em Goiás; e outros; e outros mártires dessa caminhada.

Viva Honestino Guimarães: presente! (Palmas.)

A sessão está encerrada.

\* \* \*